

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 141/2024
Data: 10/12/2024

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
PORTO DE SUAPE TEM ALTA NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS E SUPERA 20 MILHÕES DE TONELADAS	4
NOME DA MODA, HIDROGÊNIO VERDE ESTÁ LONGE SER SOLUÇÃO PARA O BRASIL	4
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	6
PL DAS EÓLICAS OFFSHORE VAI AUMENTAR EM 7,5% A CONTA DE LUZ DOS BRASILEIROS	6
RODOVIAS EM AL SÃO FEDERALIZADAS E PASSAM A COMPOR BR-349	7
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	9
AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE PROCEDIMENTOS PARA O REGISTRO DE INSTALAÇÕES DE APOIO É REALIZADA	9
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	10
MINISTRO RENAN FILHO ASSINA, NESTA TERÇA (10), TERMO ADITIVO DE ENTREGA DE TRECHO FERROVIÁRIO PARA O VLT DE CAMPINA GRANDE (PB).....	10
BR-101/AL: TRAVESSIA URBANA EM MESSIAS É LIBERADA, APÓS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DO TRECHO.....	10
PORTAL PORTO GENTE	11
MAIOR OBRA PORTUÁRIA DO PAÍS, MOEGÃO DO PORTO DE PARANAGUÁ CHEGA A 18% DE EXECUÇÃO.....	11
PORTO DE SANTOS AJUSTA OPERAÇÕES PARA FESTAS DE FIM DE ANO.....	13
REGIONALIZAR O PORTO DE SANTOS E COMPETIR NO NOVO TEMPO.....	13
BE NEWS – BRASIL EXPORT	15
EDITORIAL – A AMAZÔNIA COMO CELEIRO DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	15
NACIONAL - HUB – CURTAS - LULA É OPERADO ÀS PRESSAS PARA DRENAGEM DE HEMATOMA NA CABEÇA.....	16
<i>Lula passa por cirurgia 1</i>	16
<i>Lula passa por cirurgia 2</i>	16
<i>Lula passa por cirurgia 3</i>	16
<i>Emendas e o corte de gastos 1</i>	16
<i>Emendas e o corte de gastos 2</i>	16
<i>Emendas e o corte de gastos 3</i>	16
REGIÃO SUL - PORTO DE ITAJAÍ: ENTIDADES DE SC REFORÇAM PEDIDO POR GESTÃO MUNICIPAL.....	17
NACIONAL - PPPS NA ESFERA FEDERAL: DESAFIOS PERSISTEM APÓS 20 ANOS DA LEI	18
NACIONAL - DIRETOR DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO DESTACA PLANEJAMENTO ANTES DE DEFINIR MODELO DE PARCERIA.....	19
REGIÃO NORTE - BIOECONOMIA: CONVÊNIO VIABILIZA HUB DE INOVAÇÃO EM MANAUS	20
REGIÃO NORDESTE - PECÉM AMPLIA INFRAESTRUTURA E ASSUME OPERAÇÕES DE TANCAGEM DO MUCURIBE.....	21
REGIÃO SUL - TEMPORADA DE CRUZEIROS EM PARANAGUÁ COMEÇA NO PRÓXIMO DIA 17	22
REGIÃO SUL - CONCESSIONÁRIA PREVÊ DUPLICAÇÃO DE TRECHO DA BR-040/MG ATÉ 2032	23
REGIÃO SUDESTE - INVESTIMENTOS EM MODERNIZAÇÃO FAZEM PRODUTIVIDADE DO TVV CRESCER 39%	24
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	25
MOVECTA ANUNCIA ROBERTO TELLER COMO NOVO DIRETOR DE OPERAÇÕES	25
CÂMARA DE PETRÓLEO, GÁS E ENERGIA DA ACS PROMOVE SEMANA DO OFFSHORE PAULISTA.....	26
PORTO DE SANTOS AJUSTA OPERAÇÕES PARA FESTAS DE FIM DE ANO.....	27
SITE DA APS RECEBE RECONHECIMENTO NACIONAL POR TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	27
PROJETO PERMITE TRANSFERÊNCIA DE BILHETE AÉREO E CORREÇÃO DE NOME DE PASSAGEIRO	28
JORNAL O GLOBO – RJ	29
GOVERNO PREPARA RESOLUÇÃO PARA RETOMAR OBRAS DA USINA NUCLEAR DE ANGRA 3, MAS APROVAÇÃO É ADIADA	29
SECRETÁRIO DE HADDAD ADMITE REVER MUDANÇAS NO BPC APÓS RESISTÊNCIAS DA BANCADA DO PT	31
GOVERNO VAI ENVIAR PROJETO DE ISENÇÃO DO IR PARA QUEM RECEBE ATÉ R\$ 5 MIL AINDA NESTE ANO, DIZ NÚMERO 2 DE HADDAD	32
GOVERNO APROVA LEILÃO DE SETE BLOCOS DE PETRÓLEO NO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS	32
PETROBRAS QUER AMPLIAR ENCOMENDAS NACIONAIS DESDE QUE PATAMAR DE LUCRO SEJA RESPEITADO, DIZ PRESIDENTE DA ESTATAL.....	33
COMISSÃO DO SENADO APROVA INDICADOS POR LULA PARA O BANCO CENTRAL.....	35
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	37
ANÁLISE - INFLAÇÃO JÁ ESTOURA O TETO EM 10 CAPITAIS, CARNES DISPARAM 15% E BC TERÁ DE DAR CHOQUE DE JUROS..	37
‘AJUSTES MENORES’ NO BPC PODEM SER FEITOS PARA DESTRAVAR PACOTE FISCAL, DIZ Nº 2 DE HADDAD.....	38



VALOR ECONÔMICO (SP).....	39
CNPE CRIA COMITÊ PARA COORDENAR A REGULAMENTAÇÃO DO COMBUSTÍVEL DO FUTURO	39
EXPORTAÇÕES DA CHINA PARA EUA SOBEM ANTES DE AUMENTO DE TARIFAS	40
COMISSÃO DO SENADO APROVA MARCO DA EÓLICA OFFSHORE COM ‘JABUTIS’ QUE AUMENTAM A TARIFA	41
AGÊNCIA BRASIL - DF.....	42
COPOM INICIA ÚLTIMA REUNIÃO SOB COMANDO DE CAMPOS NETO.....	42
PEC DO BNDES: ENTIDADES REAGEM E DEPUTADO DEFENDE MEDIDA. ENTENDA A POLÊMICA.....	44
MAIS DE 41% DOS RESÍDUOS URBANOS TIVERAM DESTINAÇÃO INADEQUADA EM 2023	46
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	47
DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE GÁS É VITAL PARA PROJETO SEAP, DIZ MAGDA	47
HIDROVIAS DO BRASIL ASSINA ADITIVO DE ARRENDAMENTO EM SANTOS.....	48
SUBSIDIÁRIA DA MSC ADQUIRE 12% DO CAPITAL DA WILSON SONS	49
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	50
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	50



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PORTO DE SUAPE TEM ALTA NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS E SUPERA 20 MILHÕES DE TONELADAS

Desempenho foi entre janeiro e outubro
Por ATribuna.com.br



Complexo de Suape, em Pernambuco, se mantém como sexto porto público mais movimentado do Brasil (Disclosure/Suape)

O incremento das operações portuárias elevou em 5,2% a movimentação de carga no Porto de Suape, em Pernambuco, entre janeiro e outubro deste ano, comparado ao mesmo período do ano passado. O total foi de 20,9 milhões de toneladas. O número de atracações também cresceu, com alta de 10% (1.381 embarcações). Com essa performance, Suape mantém a posição de sexto porto público mais

movimentado do Brasil. Os números foram divulgados na semana passada.

De acordo com o Anuário Estatístico da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), a operação de carga containerizada foi a que mais cresceu em relação ao ano passado, com alta de 23%, o que totaliza, nesse período, 528.258 TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés). Isso se deve ao fato de o Porto de Suape ser uma das escalas da rota comercial entre Singapura e o Nordeste brasileiro, com paradas em complexos portuários da China, do Caribe e de outros atracadouros da região.

A rota é explorada pela MSC. “Suape se posiciona como porta de entrada de contêineres de longo curso na região, trazendo mais competitividade para os exportadores e importadores. Trata-se de uma grande conquista para Pernambuco e as perspectivas são as melhores possíveis com a melhoria de nossa infraestrutura, a exemplo das obras de dragagem e de recuperação do molhe de abrigo”, pontua o diretor-presidente da estatal portuária, Marcio Guiot.

Já a movimentação de carga geral solta teve aumento de 13,9%, totalizando 492.208 toneladas. Açúcar ensacado, chapas e bobinas de aço; veículos, aerogeradores, vergalhão e tarugo de aço, além de grandes peças para a indústria, compõem o segmento. Em termos quantitativos, por exemplo, o hub de veículos movimentou no período 66.874 unidades, com destaque para os exemplares da BYD, gigante chinesa de carros elétricos e híbridos.

A operação de graneis líquidos (petróleo e derivados) se manteve estável entre janeiro e outubro deste ano, com uma pequena oscilação para baixo em relação a 2023 (-0,7%).

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*
Data: 10/12/2024

NOME DA MODA, HIDROGÊNIO VERDE ESTÁ LONGE SER SOLUÇÃO PARA O BRASIL

É o que dizem especialistas sobre a mudança na matriz energética do setor portuário; etanol recebe elogios

Por ATribuna.com.br

De alto custo, a adoção do hidrogênio verde como meio de energia limpa está longe de ser a única solução para a almejada descarbonização do setor portuário. Outros combustíveis, como etanol ou o

próprio biodiesel, já colocam o País numa posição de destaque na utilização de matrizes limpas de energia. Isso sem contar fontes como energia eólica e solar.



O debate sobre o tema ocorreu na última edição do Summit Antaq, realizada pelo Grupo Tribuna no último dia 26 de novembro, em Brasília (Thiago Sousa/Especial para A Tribuna)

É o que disseram especialistas na área., em debate na última edição do Summit Antaq, realizada pelo Grupo Tribuna no último dia 26, em Brasília.

“O biocombustível não é atraente; o hidrogênio verde, sim. O hidrogênio verde pode ser a solução em pequenos pontos no Brasil. Mas, economicamente, isso não é viável de maneira geral”, afirma a superintendente de Desempenho, Sustentabilidade e Inovação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Cristina Castro.

Ela entende que o hidrogênio verde é viável na Europa, onde os espaços são menores. “Se existe uma grande possibilidade de sermos o país do presente, é com a transição energética”.

Debate desigual

Já a diretora de Políticas do Conselho Global de Energia Eólica (Gwec), Roberta Cox, vê um debate desigual quanto à descarbonização e necessidade de mudanças nas matrizes de energia limpa. Um exemplo, segundo ela, pôde ser visto na última Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP29), realizada em Baku, no Azerbaijão.

“Chamou a atenção como tinha lobista de óleo e gás na COP. Fica complicado de as negociações avançarem. A gente precisa ter mais voz da transição energética. Então, é realmente muito difícil andar com essa agenda, sendo que a gente tem esse outro lado lançando força contrária, para a gente não ir tão rápido quanto necessário”, pondera.

O secretário nacional de Hidrovias, Dino Batista, afirma que percebe ainda alguns preconceitos com relação ao combustível sustentável. “Muitas vezes, o foco dos países que estão à frente dessa discussão, principalmente europeus, é no contêiner, no transporte de produtos com menor valor agregado”.

Fundamentais

Para Roberta, os portos têm papel fundamental nessa transição energética. “No Brasil, temos uma matriz energética já muito limpa. Como o Brasil vai triplicar as renováveis? Aí entram as nossas indústrias. Vamos descarbonizar a indústria. Pode não ser apenas eletrificando, como também substituindo os combustíveis fósseis”.

Ela acrescenta que, se a indústria conseguir se concentrar em áreas próximas a portos, a otimização será benéfica a todos. “Não precisa de linhas de transmissão, se você coloca energia eólica, e solar, gerando e trazendo energia nesse novo hub. Consegue descarbonizar a indústria e gerar produtos que agregam valor”.

Enquanto isso, o presidente do Porto de Suape, Márcio Guiot, celebra o rol de oportunidades oferecidos pelo complexo pernambucano, que já é conectado com o conceito de porto-indústria.

“Nossa região é diferenciada e é natural que seja procurada por empresas para se colocarem dentro desse contexto”, aponta. “É dessa forma que a gente acredita que tem condições de criar mais empregos, melhorar a renda da nossa população, investindo também em transferência de tecnologia”.

Antaq

O diretor da Antaq, Wilson Lima Filho, entende que existe um uma longa e importante trajetória a percorrer, pela descarbo-nização, com a participação de todos os órgãos estatais.

“A IMO (Organização Marítima Internacional, na sigla em inglês) sugeriu criar, em cada País, um plano de ação nacional. Os debates e estudos são constantes e devem prosseguir. Mas é importante que nós tenhamos presentes o governo, as empresas e a Academia”, salienta.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 10/12/2024



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

PL DAS EÓLICAS OFFSHORE VAI AUMENTAR EM 7,5% A CONTA DE LUZ DOS BRASILEIROS

A conta de luz dos brasileiros pode ficar ainda mais cara, caso o projeto das eólicas seja aprovado do jeito que está

Por Ângela Fernanda Belfort - angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



Emendas colocadas no PL das eólicas offshore podem acrescentar R\$ 17,5 bilhões por ano a serem pagos pelos consumidores. Foto: Pixabay/Reprodução

Depois de algumas alterações, o Projeto de Lei 576/21, que estabelece o marco regulatório das eólicas offshore, sugere a implementação de emendas que vão aumentar em 7,5% a conta de luz de todos os brasileiros, por ano, caso seja aprovado pelo Senado. A votação do mesmo está prevista para esta quarta-feira (11) na Casa Alta, em Brasília.

As emendas ficaram conhecidas como jabutis, porque não têm ligação com as eólicas offshore, mantendo subsídios a implantação de novas térmicas à gás natural, às térmicas a carvão do Sul do País, entre outras. O relator do projeto, senador Weverton Rocha (PDT/MA), informou no seu parecer, que as emendas que permaneceram no projeto resultarão num acréscimo a mais de R\$17,5 bilhões, por ano, no custo da energia, representando um aumento de 7,5% na conta de luz dos consumidores. Se isso ocorrer traz impacto na inflação e no custo de vida do País.

“O PL 576/21 é um projeto de energia renovável originalmente positivo, mas as emendas aprovadas na Câmara dos Deputados e agora acolhidas na relatoria obrigam a contratação de fontes fósseis e desnecessárias, expandem subsídios ao carvão até 2050 e criam problemas operacionais”, diz o presidente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia e do Instituto de Consumidores de Energia (ICEN), Luiz Barata.

Segundo ele, estas emendas “testemunham uma inacreditável influência de interesses econômicos na atuação legislativa do Senado, mesmo diante das incessantes manifestações contrárias emanadas do setor elétrico, da sociedade e, em especial, dos consumidores de energia, aqueles que efetivamente terão que pagar a conta desse absurdo que está para ser votado”.

Pelos cálculos das entidades, o projeto vai ampliar as emissões de gases do efeito estufa do setor elétrico em 25%, caso sejam aprovadas as emendas mantidas pelo relator. “No momento em que o país rediscute suas metas climáticas, chegaremos à COP 30 com um legado negativo para apresentar à comunidade internacional: o Parlamento está sujando a matriz elétrica brasileira, tão admirada ao redor do mundo”, argumenta Luiz.

Ele estava se referindo ao fato de que as emendas estabelecem a implantação de térmicas a gás natural inflexíveis -que vão funcionar continuamente – e prorrogou os subsídios das térmicas a carvão, entre outras. O carvão é um dos combustíveis mais poluentes. As duas entidades citadas acima divulgaram uma carta aberta pedindo para o senador rever as emendas que foram colocadas no projeto.

PL das eólicas offshore vão impactar térmicas do CE e MA

Com a prorrogação do subsídio das térmicas a carvão no Sul do País, uma das emendas (jabuti) no PL das eólicas offshore pode gerar perdas de R\$ 5 bi para os Estados do Maranhão e o Ceará, segundo o presidente da térmica Energia Pecém, Carlos Baldi. As térmicas de Itaqui, no Maranhão, e a de Pecém, no Ceará, usam carvão importado. A emenda que vai permitir que o subsídio ao carvão seja prorrogado até 2050, incluiu somente as térmicas do Sul abastecidas com carvão nacional, de acordo com Baldi.

Segundo ele, isto não é isonômico, sendo uma “clara discriminação ao Nordeste do País”, permitindo a prorrogação do subsídio apenas as térmicas do Sul.

Ainda de acordo com Carlos Baldi, caso o projeto seja aprovado como está haverá perda significativa de arrecadação de impostos federal, estaduais e municipais e elevado risco de perda de empregos diretos e indiretos tanto nos estados do Ceará e Maranhão. O dispositivo, no caso da Energia Pecém, representará perda de R\$ 200 milhões por ano em impostos e 300 empregos diretos e quase 1.500 indiretos. Ao longo de 15 anos, esse montante atingirá R\$ 3,0 bilhões.

Baldi também estima impacto significativo para o térmica de Itaqui, no Maranhão, com impacto na arrecadação de impostos de cerca de R\$ 160 milhões anuais e perda de 150 empregos diretos e 500 empregos indiretos, o que representa R\$ 150 milhões anuais em salários e serviços que não serão injetados na economia local. Em 15 anos, o valor em impostos chegaria a R\$ 2,25 bilhões, somente no Maranhão, segundo a estimativa do executivo.

Ao somar o quanto pode deixar de ser arrecadado pelas duas térmicas (a de Itaqui e a de Pecém), chega-se a uma soma de R\$ 5 bilhões, nos cálculos feitos por Baldi. “Se aprovado com esse benefício, somente para o carvão nacional, o PL vai provocar impacto direto sobre todas as térmicas que atualmente operam com carvão importado no Nordeste, com poder calorífico superior e menores níveis de emissão e impacto ambiental. O texto, além da perda de arrecadação, impactará de forma significativa os trabalhadores diretos e indiretos dos dois Estados. Devemos ter isonomia entre os projetos do Sul e Nordeste do Brasil”, defende Baldi.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 10/12/2024

RODOVIAS EM AL SÃO FEDERALIZADAS E PASSAM A COMPOR BR-349

No total, 110,10 km das estradas serão incorporados à BR-349. Federalização vai garantir investimentos

Por Vanessa Siqueira - vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br



Trecho da AL-101 Sul entre Maceió e a Barra de São Miguel passa a compor futura BR-349/AL. Foto: Thiago Sampaio

Três trechos de rodovias estaduais em Alagoas passarão a integrar a malha federal do país na futura BR-349. A federalização das rodovias, que ficam no litoral Sul do estado, foi assinada pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, e publicada em portaria no Diário Oficial da União, passando assim a receber recursos federais para manutenções e outras ações.

Segundo o Ministério dos Transportes, serão 110,10 quilômetros de estradas que passarão a integrar a rodovia BR-349/AL. Anteriormente mantidos pelo governo estadual, os trechos vão receber investimentos do Programa de Manutenção do Governo Federal, sendo administradas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) – o que é fundamental para o avanço da capacidade, segurança e serviços prestados nessas estradas.

A pasta afirmou que o objetivo é proporcionar maior integração do Sul do estado com a capital Maceió, permitindo o desenvolvimento das rotas turísticas da região e o escoamento da produção por meio da futura BR-349/AL. O novo corredor logístico será conectado à ponte sobre o Rio São Francisco, entre Penedo (AL) e Neópolis (SE) que está sendo construída pelo Ministério dos Transportes.

Em Alagoas, 80% das rodovias sob a gestão do Ministério dos Transportes já são consideradas boas, de acordo com o Índice de Condição de Manutenção (ICM) medido pelo DNIT.

Não há qualquer estudo no momento para repasse dessas estradas à iniciativa privada. Diferentemente do programa de concessões, a federalização das rodovias não envolve pagamento de pedágio, conforme explica o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Fabrício Galvão. “Neste caso, os investimentos em melhorias e manutenção das rodovias são 100% públicos, diferentemente do que ocorre quando há investimentos privados. Portanto, não há cobrança de pedágio”, esclarece.

Confira trechos que integram a federalização

1. Do entroncamento da BR-424 com a AL-101, em direção a Maceió, até o entroncamento com a AL-220, na Barra de São Miguel, totalizando 21,8 km.
2. Do entroncamento com a AL-220, na Barra de São Miguel, até a Estrada do Pontal, no acesso leste de Coruripe, totalizando 49,4 km.
3. Do entroncamento com a Rodovia Radialista Walmari Vilela, no acesso sul de Coruripe, até o entroncamento com a AL-455, totalizando 12,6 km.
4. Do entroncamento com a AL-455 até o entroncamento com a AL-105, no acesso oeste de Pindorama, em Coruripe, totalizando 5,6 km.
5. Do entroncamento com a AL-105, no acesso leste de Pindorama, até o acesso noroeste de Campo Grande, em Penedo, totalizando 17,1 km.
6. Do entroncamento com a AL-105, no acesso sudeste de Campo Grande, até o entroncamento com a Avenida Guarany, no acesso oeste de Penedo, totalizando 3,6 km



Novo viaduto em Porto Real do Colégio (AL) melhora acesso aos estados de Alagoas e Sergipe. Foto: DNIT

Governo Federal quer investir R\$ 1,8 bi em Alagoas

Na última semana, o ministro Renan Filho inaugurou um viaduto na BR – 101, no município de Porto Real do Colégio, na divisa com Sergipe. A obra, realizada pelo governo federal por meio do novo PAC, teve investimento de R\$ 23,7 milhões.

Segundo o Ministério dos Transportes, a conclusão do viaduto e a duplicação da BR-101 em Porto Real do Colégio são ações incluídas no Novo PAC do Governo Federal. No total, Alagoas conta com 10 projetos de transportes previstos no programa, sendo nove na área de rodovias e um de ferrovias. Serão R\$ 1,8 bilhão investidos nas intervenções elencadas como prioridade para o estado.

O orçamento para manutenção, conservação e construção de rodovias do estado também foi incrementado: serão R\$ 436 milhões, pouco mais de três vezes o valor pago em 2022, pela gestão anterior.

Em outro anúncio, Renan Filho disse que o MT iniciou um projeto para implantar um Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) na cidade de Arapiraca, no Agreste de Alagoas.

Segundo informações do Ministério, o projeto do VLT de Arapiraca será totalmente desenvolvido pelo Governo Federal e a projeção é que ele tenha uma extensão de 20 quilômetros.

O empreendimento prevê a utilização da malha ferroviária existente na cidade e que está abandonada há décadas, garantindo, segundo o MT, o aproveitamento sustentável da infraestrutura existente.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 10/12/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE PROCEDIMENTOS PARA O REGISTRO DE INSTALAÇÕES DE APOIO É REALIZADA

O prazo de contribuições para a Resolução Normativa ANTAQ nº 13/2016 se estende até 26 de dezembro



Brasília 10/12/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou, nesta terça-feira (10), a Audiência Pública 16/2024 que trata do aprimoramento da proposta de revisão da Resolução Normativa ANTAQ nº 13/2016, que dispõe sobre o registro de instalações de apoio ao transporte aquaviário.

“Essa é uma norma de 2016 que foi elaborada principalmente com o olhar para a regulação. Desde então, nós vimos o aperfeiçoar do setor e da regulação e a necessidade da agência evoluir com os normativos para dar mais segurança jurídica e conforto regulatório para quem explora esse tipo de infraestrutura”, destacou a diretora, Flávia Takafashi, relatora do processo que trata do tema.

Ela lembrou ainda que a resolução foi objeto de Análise de Resultado Regulatório (ARR) em 2023. Na ocasião, o texto passou pela análise da agência reguladora e do mercado, momento em que foram identificados tópicos que precisavam ser atualizados para as novas realidades.

Agora com a audiência pública, estão em discussão os apontamentos feitos durante a ARR. Todo esse processo permite a evolução da norma e a melhora do ambiente regulatório para a ANTAQ, o setor e a sociedade civil.

No total, durante a audiência, duas pessoas contribuíram de forma oral. O período da consulta pública se estende até o dia 26 de dezembro de 2024.

Contribuições

As minutas jurídicas e documentos técnicos relativos ao normativo estão disponíveis neste link.



O período para a realização das contribuições escritas se estende até as 23h59 do dia 26 de dezembro de 2024, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no site da ANTAQ, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos exclusivamente através do email: anexo_audiencia162024@antaq.gov.br mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado neste aviso. O envio do anexo em email não dispensa o envio da contribuição por escrito no formulário eletrônico.

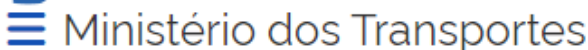
Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE) desta Agência, em Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no sítio da ANTAQ.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antaq.gov.br

Data: 10/12/2024



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

MINISTRO RENAN FILHO ASSINA, NESTA TERÇA (10), TERMO ADITIVO DE ENTREGA DE TRECHO FERROVIÁRIO PARA O VLT DE CAMPINA GRANDE (PB)

Projeto prevê a implantação do transporte em aproximadamente 14 quilômetros de malha ferroviária atualmente ociosa da Transnordestina

O ministro dos Transportes, Renan Filho, assina, nesta terça-feira (10), o termo aditivo de entrega de trecho ferroviário para o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) de Campina Grande (PB). O evento será realizado na sede do Ministério dos Transportes, em Brasília.

O projeto prevê a implantação do VLT em um trecho de aproximadamente 14 quilômetros de malha ferroviária atualmente ociosa pertencente a Transnordestina. Os estudos estão em andamento para avaliar as condições da via e sua adequação ao transporte de passageiros, representando um importante passo na melhoria da mobilidade urbana da região.

Cobertura de imprensa

Os profissionais de imprensa poderão comparecer ao evento sem a necessidade de credenciamento prévio. Não haverá transmissão online.

SERVIÇO

O quê: Assinatura de termo aditivo de entrega de trecho ferroviário ao VLT de Campina Grande (PB)

Quando: Terça-feira (10), às 16h30

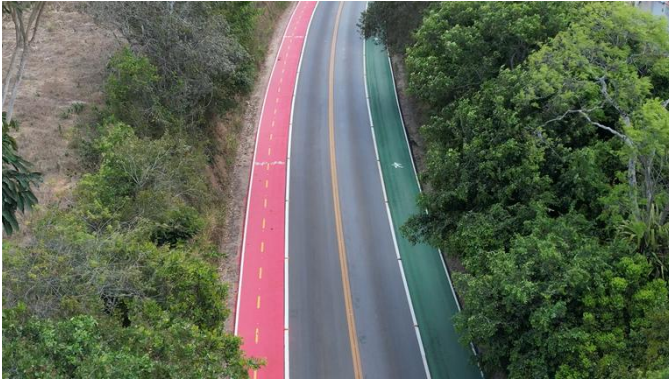
Onde: Ministério dos Transportes – Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, 6º andar, Sala Interativa

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 10/12/2024

BR-101/AL: TRAVESSIA URBANA EM MESSIAS É LIBERADA, APÓS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DO TRECHO

As melhorias, que incluem a implantação de um ciclovia e a revitalização do pavimento, proporcionam mais segurança no tráfego da rodovia na Região Metropolitana de Maceió



Travessia urbana da BR-101/AL é revitalizada - Foto: divulgação/DNIT

A revitalização da travessia urbana da BR-101/AL, em Messias, traz mais segurança e fluidez ao tráfego na Região Metropolitana de Maceió, organizando o trânsito local e o de longas distâncias. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) liberou o trânsito no trecho entre o Km 79,5 e o Km 83, após conclusão de obras com aporte de R\$ 500 mil do Governo Federal.

As melhorias coordenadas pelo Ministério dos Transportes incluem a implantação de uma ciclovia e de uma pista de corrida. O pavimento foi revitalizado, com serviços de microrrevestimento e implantação de sinalização.

“É uma entrega que vai mudar a vida dos moradores do município, com incentivo à atividade física, melhorias na locomoção, nas condições de pavimentação, garantindo mais segurança e trafegabilidade para quem circula também pela rodovia. É uma obra que vai mudar a vida da população”, enfatiza o superintendente regional do DNIT em Alagoas, André Paes.

A rodovia

A BR-101 é a principal ligação entre as capitais litorâneas nordestinas e o centro-sul do país, com início na cidade de Touros, no Rio Grande do Norte, e fim na cidade de São José do Norte, no Rio Grande do Sul.

Um dos principais corredores de passagem de mercadorias e pessoas, a BR-101 atravessa 12 estados brasileiros: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 10/12/2024



PORTAL PORTO GENTE

MAIOR OBRA PORTUÁRIA DO PAÍS, MOEGÃO DO PORTO DE PARANAGUÁ CHEGA A 18% DE EXECUÇÃO

Da Redação Portogente

Obra foi vistoriada pelo governador Ratinho Junior e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho



As obras do Moegão, sistema exclusivo de descarga ferroviária de grãos e farelos do Porto de Paranaguá, chegaram a aproximadamente 18% da execução total do projeto. A construção da estrutura, que recebe R\$ 592 milhões de investimento, foi vistoriada nesta sexta-feira (6) pelo governador Carlos Massa Ratinho Junior, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

Foto: Cláudio Neves/Portos do Paraná



O novo complexo será formado por moegas ferroviárias, sistema de transporte vertical (elevadores de canecas), sistema de transporte horizontal (correias transportadoras), sistema de transferência de produto (torres de transferência), sistema de alimentação dos terminais (torres de alimentação), balanças (ferroviárias e integradoras), utilidades, prédio administrativo e prédio de manutenção.

“Esta é uma obra que está em ritmo acelerado e queremos, no ano que vem, inaugurá-la para aumentar em 35% a movimentação de cargas do Porto de Paranaguá, gerando mais emprego para a nossa população e fortalecendo a economia paranaense e brasileira”, declarou Ratinho Junior.

“O Moegão é uma obra também disruptiva de R\$ 600 milhões custeada 100% pelo porto, a qual vai centralizar nosso descarregamento ferroviário aqui no porto, dando o dinamismo que nós merecemos e precisamos. A ideia é chegar ao final desse ano com 20% dela concluída e respeitando os prazos de contrato, chegando em dezembro do ano que vem, pronta para ser iniciada e inaugurada”, afirmou o diretor-presidente.

Até o momento, os trabalhos têm se concentrado nas obras civis que preparam a área para a instalação dos equipamentos que, no futuro, vão receber as cargas desembarcadas no porto via modal ferroviário. Nos primeiros meses de obra, foram preparadas as fundações, concretagem de blocos, montagem dos pilares e vigas das torres.

Em paralelo, as estruturas das galerias metálicas e dos transportadores de carga seguem avançando nas fábricas. Com as torres e os pórticos prontos, os próximos passos da obra serão a montagem e o içamento das galerias metálicas na área do Moegão. Estas estruturas vão abrigar as esteiras transportadoras das cargas.

CAPACIDADE AMPLIADA

Com área total de quase 600 mil metros quadrados, o Moegão terá capacidade para descarregar simultaneamente até 180 vagões, em três linhas independentes, que totalizam 3,8 quilômetros de esteiras. Cada linha terá capacidade de movimentação de 2 mil toneladas de cargas por hora.

Na prática, isso significa que o número de vagões descarregados no Porto de Paranaguá passará dos atuais 550 para 900 por dia, um aumento de 63%. Os grãos que chegarem ao porto por ferrovias e forem descarregados no Moegão serão enviados pelas esteiras aos 11 terminais interligados do Corredor de Exportação Leste.

Após visitar a obra, o ministro de Portos e Aeroportos disse estar surpreendido com a extensão da obra e os impactos que ela proporcionará na movimentação de cargas no Porto de Paranaguá. “Quero parabenizar toda a diretoria, porque esse volume de investimentos será fundamental para logística e a capacidade total do porto”, comentou.

Costa Filho também elogiou o desempenho do Porto de Paranaguá, que cresce acima da média portuária no Brasil. “Esse ano vamos terminar com um crescimento em torno de 5% no setor portuário brasileiro, sendo que o Porto de Paranaguá deve crescer de 7% a 8%. Isso significa dizer que quando o Porto de Paranaguá cresce, o Paraná cresce, o que ajuda todo o Brasil a ir bem”, salientou.

Segundo o secretário estadual de Infraestrutura e Logística, Sandro Alex, além do ganho em eficiência, o Moegão também deve gerar uma economia de 30% nos custos de transporte, além de diminuir os impactos ambientais, com a redução de 73% na emissão de CO2.

“As obras do Moegão avançaram muito. Em menos de um ano teremos uma operação de mais de R\$ 500 milhões entregue, trazendo benefícios à comunidade, reduzindo de 16 para cinco as interferências no trânsito na cidade, com emissão de menos CO2 e podendo, junto com a PAR 14, PAR 15 e PAR 25, fazer com que esse corredor de exportação passe de 1,5 mil toneladas para 4 mil toneladas carregadas por hora”, disse.

OUTROS BENEFÍCIOS

A instalação do Moegão também vai melhorar a vida de quem mora na cidade. O sistema vai reduzir de 16 para cinco o número de cruzamentos entre linhas férreas e ruas da cidade, diminuindo as interrupções de trânsito e os riscos de acidentes.

A melhoria no trânsito da cidade foi um aspecto destacado pelo prefeito de Paranaguá. “Essa obra do Moegão vai melhorar muito a mobilidade, diminuindo o número de caminhões dentro da cidade e, como contrapartida, a prefeitura construirá dois viadutos para facilitar mais ainda o deslocamento da população”, disse Marcelo Roque.

O atual gestor do município, que deixa a prefeitura ao final do ano, também citou outras melhorias estruturais viabilizadas com o apoio do Governo do Estado para o Litoral do Paraná. “Aliado ao Moegão, temos aqui em Paranaguá a emblemática construção da segunda Ponte dos Valadares, além da construção da Ponte de Guaratuba e a revitalização da Orla de Matinhos, entre tantos outros investimentos que estão contribuindo com o desenvolvimento econômico e social da nossa região”, mencionou.

PRESENCAS

Também estiveram presentes na visita o secretário nacional de Portos, Alex Sandro de Ávila; o presidente da Invest Paraná, Eduardo Bekin; os deputados federais Reinhold Stephanes Junior e Tião Medeiros; a deputada estadual Flávia Francischini; o prefeito de Antonina, José Paulo Vieira Azin; o prefeito de Pontal do Paraná, Rudão Gimenes; e o comandante do 8º Distrito Naval, Pablo Araujo Barbosa.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 10/12/2024

PORTO DE SANTOS AJUSTA OPERAÇÕES PARA FESTAS DE FIM DE ANO

Redação Portogente

Seguindo o padrão de anos anteriores, não haverá programação de movimentação de navios em dois períodos específicos

A Autoridade Portuária de Santos (APS) informa a Comunidade Portuária sobre os horários de funcionamento do Porto de Santos durante as festas de fim de ano. Assim como em anos anteriores, não haverá programação de movimentação de navios em dois períodos específicos.



Foto: Divulgação

As operações portuárias serão suspensas entre as 19 horas do dia 24 de dezembro de 2024 e as 7 horas do dia 25 de dezembro de 2024, retomando normalmente após o Natal. No período de Ano Novo, o atendimento será interrompido das 19 horas do dia 31 de dezembro de 2024 até as 7 horas do dia 1º de janeiro de 2025.

A decisão busca proporcionar um momento de celebração e descanso à comunidade portuária, mantendo a tradição de pausas nos feriados de fim de ano. A Autoridade Portuária orienta que empresas e trabalhadores se organizem com antecedência para adequar suas atividades a esses períodos de paralisação.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 10/12/2024

REGIONALIZAR O PORTO DE SANTOS E COMPETIR NO NOVO TEMPO

Editorial Portogente

Um dos maiores entraves ao desenvolvimento brasileiro reside nos elevados custos logísticos.

Sem sombra de dúvida, o seminário “Modernização dos Portos Lanterna na Popa e na Proa”, pauta um debate importante do comércio marítimo da principal hinterlândia do hemisfério Sul. Realizado no dia 2 pp, na Câmara Municipal de Santos, como propositura do vereador Francisco Nogueira (Chico do Settaport - PT), com foco na expansão do Porto de Santos. Importante destacar que, desde a Lei nº 8.630/93, ainda não se abordou suficientemente o Porto de Santos como um dos instrumentos centrais do desenvolvimento paulista e brasileiro. E como fica claro na análise da atual conjuntura portuária, esse debate é forçoso. Haja vista a expansão acelerada da Nova Rota da Seda chinesa.



Crédito: @dronefabiano68 (Instagram)

Veja mais: Lanternas por todos os lados... - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/116178-lanternas-por-todos-os-lados>

Compondo a mesa do evento, o presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, indagou: “será correto que políticos de Brasília discutam leilões de áreas de Porto, já que eles não conhecem a área?”; o auditor fiscal, Elias

Carneiro opinou: “temos espaço para crescer e, para isso, precisamos de segurança jurídica; para o Almirante Murilo Barbosa da Associação dos Terminais Privativos – ATP (representante dos terminais privados), a lei 12.815 trouxe centralização de poder em Brasília. “Tem que mexer na 10.233 – dos transportes aquaviários e terrestres”. Todos apontaram para um debate que destaque o importante e fundamental.

Veja mais: A Competitividade Brasileira na Logística Digital - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/116183-a-competitividade-brasileira-na-logistica-digital>

Convém recapitular que a Lei nº 8.630/93 criou o Conselho de Autoridade Portuária – CAP, órgão colegiado constituído pelos diversos interesses que atuam no porto e que deveria dirigir suas ações no sentido requerido pelo mercado. Entretanto, esse papel central no debate da descentralização das decisões fundamentais, sofre influências das autoridades federais, sejam do poder executivo ou do poder legislativo. Esse desalinhamento com as demandas do mercado e com o interesse produtivo, induz e promove perda sistêmica.

Veja mais: O governo Lula e a regionalização dos portos brasileiros - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115980-o-governo-lula-e-a-regionalizacao-dos-portos-brasileiros>

A exemplo dos principais portos do mundo e no sentido de alinhar objetivos de vários setores, levando em conta o novo tempo que bate à porta, é forçoso e urgente o entendimento das mudanças globais, explorar as vantagens locais e promover inovações tecnológicas, de modo a fomentar o que é importante e fundamental. Assim, pensar o Porto de Santos como parte essencial de importante cadeia produtiva, reconhecendo seu papel não apenas no transporte de mercadorias, mas também na agregação de valor, como Porto Indústria integrado à rede hidroviária, que alinha e engloba a participação de diversos segmentos, inclusive do trabalhador.

Veja mais: Porto-indústria de Santos atrasado 25 anos - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114899-porto-industria-de-santos-atrasado-25-anos>

Portogente abre um fórum web para mais opiniões sobre a Regionalização do Porto de Santos. A pauta é: resgatar o caráter deliberativo do Conselho de Autoridade Portuário (CAP). É assim nos principais portos do mundo, por exemplo: Rotterdam e Antuérpia, na Europa. Principalmente, levar em conta que o Porto de Santos se situa no estado mais industrializado do País. Como comentou sobre o tema o engenheiro José Antônio Oliveira de Rezende, em entrevista ao Portogente:” manter as rédeas, mas não tolher o desenvolvimento de potenciais”.

Veja mais: Poder dos Investimentos e política, nos portos e aeroportos do Brasil - Portogente
<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/116200-poder-dos-investimentos-e-politica-nos-portos-e-aeroportos-do-brasil>

No sentido de contribuir na consolidação do alinhamento de objetivos dos vários setores através da regionalização do Porto de Santos, de modo a potencializar o desenvolvimento e competitividade, Portogente estende o debate do espaço dos lugares para o espaço dos fluxos (Internet). Para participar CLIQUE AQUI.

Veja mais: Porto de Santos 2050: Debate Digital no Portogente - Portogente
<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/116173-porto-de-santos-2050-debate-digital-no-portogente>

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 10/12/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A AMAZÔNIA COMO CELEIRO DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A criação do Espaço CBA de Inovação em Manaus (AM) – proposto no convênio firmado pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e pelo Centro de Bionegócios da Amazônia (CBA) na última sexta-feira (6) – será um avanço significativo na busca por um modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Ao investir em pesquisa, desenvolvimento e inovação, o Brasil demonstra seu compromisso em explorar a vasta biodiversidade da região como um motor de crescimento econômico e social.

A iniciativa de transformar um antigo hotel em um hub de bioeconomia é exemplar. Ao reunir empresas, startups, pesquisadores e comunidades tradicionais em um mesmo espaço, o projeto facilita a colaboração e a troca de conhecimentos, acelerando o processo de desenvolvimento de novas tecnologias e produtos baseados na biodiversidade amazônica.

A Amazônia, por muito tempo vista apenas como uma fonte de recursos naturais a serem explorados de forma predatória, emergirá, assim, como um polo de inovação e conhecimento. A valorização da biodiversidade local e o desenvolvimento de produtos com alto valor agregado representam uma oportunidade única para gerar emprego e renda para a população da região, além de contribuir para a conservação da floresta.

Ao apoiar iniciativas como o Espaço CBA de Inovação, o Governo demonstra sua compreensão de que a inovação é um fator fundamental para o desenvolvimento econômico e social do País. A criação de um ambiente propício à pesquisa e ao desenvolvimento de novas tecnologias é essencial para que o Brasil possa competir em um mercado global cada vez mais exigente.

É importante destacar que o desenvolvimento da bioeconomia na Amazônia deve ser feito de forma sustentável, respeitando os limites da natureza e os direitos das comunidades tradicionais. E a criação de um espaço de inovação que promova a colaboração entre empresas, pesquisadores e comunidades locais é fundamental para garantir que os benefícios do desenvolvimento sejam distribuídos de forma justa e equitativa.

A iniciativa do Governo Federal e do Centro de Bionegócios da Amazônia representa um passo importante na direção de um futuro mais sustentável para a Amazônia e para o Brasil. Ao investir em

inovação e em tecnologias limpas, o país estará contribuindo para a construção de uma economia mais competitiva e resiliente.

Nesse contexto, a criação do Espaço CBA de Inovação é uma notícia positiva que demonstra o potencial da Amazônia para se tornar um polo de inovação e desenvolvimento sustentável. Ao investir na bioeconomia, o Brasil está dando um passo importante para construir um futuro mais próspero e equitativo para todos

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/12/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS - LULA É OPERADO ÀS PRESSAS PARA DRENAGEM DE HEMATOMA NA CABEÇA

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

LULA PASSA POR CIRURGIA 1

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi internado às pressas na noite desta segunda-feira, dia 9, no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo (SP). Logo em seguida, nesta madrugada, realizou um procedimento cirúrgico para drenagem de um hematoma. De acordo com o primeiro boletim médico, emitido às 3h20 desta terça-feira, dia 10, o chefe do Executivo passou mal em Brasília e fez um exame de imagem após sentir dor de cabeça, ainda na unidade do hospital da capital federal.

LULA PASSA POR CIRURGIA 2

De acordo com o boletim, “a ressonância magnética mostrou hemorragia intracraniana, decorrente do acidente domiciliar sofrido em 19/10. (Lula) foi transferido para o Hospital Sírio-Libanês, unidade São Paulo, onde foi submetido à craniotomia para drenagem de hematoma. A cirurgia transcorreu sem intercorrências”.

LULA PASSA POR CIRURGIA 3

O hospital ainda informou que, “no momento, o Presidente encontra-se bem, sob monitorização em leito de UTI”. Um novo boletim deverá ser divulgado nesta manhã, quando também será realizada uma entrevista coletiva, marcada para as 9h. Lula está sob cuidados da equipe médica, comandada por Roberto Kalil Filho e Ana Helena Germoglio. Acidente doméstico.

EMENDAS E O CORTE DE GASTOS 1

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), nessa segunda-feira, dia 9, para discutir o impasse na liberação de emendas parlamentares que pode atrasar a votação do pacote de corte de gastos. O encontro ocorreu após o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino negar recurso da Advocacia-Geral da União para revisar as regras definidas pela Corte para o repasse de emendas.

EMENDAS E O CORTE DE GASTOS 2

“O presidente Lula já se reuniu com os presidentes das Casas, pactuou um encaminhamento que, do meu ponto de vista, atende os anseios dos parlamentares”, disse o ministro na portaria do Ministério da Fazenda.

EMENDAS E O CORTE DE GASTOS 3

Durante a tarde dessa segunda-feira, o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, reuniu-se com a bancada do PT na Câmara e afirmou acreditar ser possível a aprovação das propostas ainda esta semana. No entanto, não descartou a possibilidade da edição de uma medida provisória das partes do pacote que podem ser resolvidas em projeto de lei, caso o pacote não seja aprovado antes do recesso.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/12/2024

REGIÃO SUL - PORTO DE ITAJAÍ: ENTIDADES DE SC REFORÇAM PEDIDO POR GESTÃO MUNICIPAL

Manifesto ao Governo Federal ressalta impacto da administração local no desenvolvimento regional
Por **GUSTAVO ZANAROLI** gustavo.zanaroli@redebenews.com.br



No documento, o Conselho de Entidades de Itajaí afirma que o complexo se tornou uma referência nacional na movimentação de cargas em contêineres durante a gestão municipal (Foto: Divulgação/SPI)

Entidades catarinenses vão enviar nesta terça-feira (10) um manifesto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e ao ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. O ofício é a última tentativa para renovar a delegação do Porto Público de Itajaí para o município. O convênio com a Prefeitura vence no próximo dia 31.

No documento, o Conselho de Entidades de Itajaí afirma que o complexo portuário se tornou uma referência nacional na movimentação de cargas em contêineres durante a gestão municipal e permanece com grande potencial para expansão das atividades de carga geral.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, vai se reunir com o presidente Lula e com o ministro chefe da Casa Civil, Rui Costa, nos próximos dias, para definir o futuro do porto de Itajaí. Mais uma decisão já foi tomada. O convênio com a Prefeitura não vai ser renovado. “A proposta já está fechada. A gente vai levar duas alternativas para ao final, o presidente Lula e todos nós tomarmos uma decisão de maneira coletiva.”, disse o ministro, durante a apresentação dos planos setoriais da pasta, na última quinta-feira .

Como disse o ministro, são duas alternativas que serão levadas ao presidente Lula. A primeira é criar uma autoridade portuária que seria vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos. E a segunda, que vai ganhando força, é transferir a gestão para a Autoridade Portuária de Santos, algo que já aconteceu há 30 anos. Até 1995, a administração do Porto de Itajaí era feita pela antiga Codesp, a Companhia Docas do Estado de São Paulo.

A decisão em federalizar a gestão do Porto de Itajaí não foi tomada agora e aconteceu por causa dos problemas vividos pelo complexo catarinense nos últimos anos. Mas a gota d’água foi em agosto, quando a empresa holandesa Van Oord paralisou os serviços de dragagem por causa de uma dívida de R\$ 35 milhões. A Superintendência de Itajaí chegou a pedir ao Ministério de Portos e Aeroportos o repasse de R\$ 50 milhões. Mas o dinheiro não saiu por questões eleitorais.

O serviço de dragagem só foi retomado após um acordo com a Portonave, gestora do Porto de Navegantes. O acordo aprovado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) previa que a Portonave pagasse R\$ 29 milhões. Em compensação, teria esse valor descontado das tarifas portuárias durante 12 meses, a partir de março do ano que vem.

Duas decisões irritaram ainda mais os técnicos do MPor. A primeira foi suspender o contrato com a empresa holandesa responsável pela dragagem. A segunda foi voltar atrás e manter o contrato, semanas depois. Isso atrasou todo o processo de retomada do serviço de aprofundamento do canal de Itajaí. Até o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, disse durante reunião da agência que ficou assombrado com essas decisões.

Inatividade

A dívida da Superintendência de Itajaí com a Van Oord aconteceu por causa dos 22 meses em que o porto não operou contêineres. Em dezembro de 2022, acabou o contrato com a antiga arrendatária, a APM Terminals. Foi tomada a decisão por uma nova licitação. O primeiro leilão não deu certo. A

empresa vencedora não conseguiu comprovar a capacidade de operação. Os responsáveis pela empresa chegaram a ser investigados por tráfico internacional de drogas. O segundo leilão aconteceu em dezembro do ano passado. Foi vencido pela Mada Araújo, que não deu seguimento às operações. Elas só foram retomadas no segundo semestre deste ano, após a JBS comprar as ações da Mada.

“Infelizmente, o Porto de Itajaí foi fechado no governo anterior. Não se teve nenhuma atenção pelo Porto. Pelo contrário, o que nós vimos é um porto fechado, um porto desestruturado e mais do que isso, desempregando milhares de pessoas. Nesse último ano a gente conseguiu retomar as atividades no porto, retomar as operações de navio e agora a gente está tendo uma ampliação dos investimentos. Então a gente está discutindo dentro do governo. É uma possibilidade real da gente poder nacionalizar o Porto de Itajaí”, disse o ministro Silvio Costa Filho à Rede BE News na semana passada.

A reportagem entrou em contato com a Superintendência do Porto de Itajaí. A assessoria de comunicação informou que só iria se manifestar após o anúncio oficial da decisão pelo Ministério de Portos e Aeroportos.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 10/12/2024

NACIONAL - PPPS NA ESFERA FEDERAL: DESAFIOS PERSISTEM APÓS 20 ANOS DA LEI

Seminário reúne especialistas e autoridades para debater avanços e entraves no modelo de Parcerias Público-Privadas no Brasil

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redeneews.com.br



Abriram o seminário a secretária executiva do MPor, Mariana Pescatori; o secretário especial do PPI, Marcus Cavalcanti; e a diretora de Negócios da ApexBrasil, Helena Brandão. Foto: Sérgio Francês/MPor

Apesar dos avanços nos níveis estadual e municipal, a administração pública federal ainda encontra dificuldades para implementar Parcerias Público-Privadas (PPPs). A avaliação foi feita pelo secretário especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Marcus Cavalcanti, durante a abertura do seminário 20 Anos da Lei Federal de PPPs, na

segunda-feira, dia 9, em Brasília (DF).

O evento que celebrou os 20 anos da Lei nº 11.079/2004 reuniu especialistas, investidores, autoridades públicas e representantes do setor privado para refletir sobre os resultados alcançados ao longo dessas duas décadas e traçar os próximos passos para fortalecer ainda mais esse modelo de cooperação.

Criada para estabelecer normas gerais de licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas, a legislação se aplica aos poderes da União, dos estados e municípios. Entretanto, o secretário mencionou que, no âmbito federal, apenas um acordo foi efetivamente realizado. “Os subnacionais, os estados e municípios têm uma vasta experiência na execução de PPPs. [...] mas esse assunto ainda é árido dentro da administração pública federal”, disse.

Cavalcanti pontuou também que ainda há deficiência em projetos “modelados com o princípio de uma outorga vultosa”, um resquício de uma antiga construção de política pública, em que as concessões e privatizações não foram criadas “para melhorar a eficiência da máquina pública, mas por uma questão de caixa”.

Após o seminário, a secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), Mariana Pescatori, contou à Rede BE News que, nos últimos 10 anos, o órgão se esforçou para ampliar a participação da iniciativa privada no setor portuário.

Segundo ela, como resultado das políticas públicas implementadas, foram realizados 253 arrendamentos e autorizados mais de 270 Terminais de Uso Privado (TUPs). O foco, agora, está nos aeroportos.

“O nosso desafio agora está nos aeroportos regionais, e a Lei de PPPs vem exatamente nesta direção. Já concedemos nossos principais ativos, que possuem viabilidade econômica, e agora provavelmente partiremos para a concessão dos nossos ativos menores”, afirmou.

Mariana se referiu ao programa AmpliAR, lançado pelo Ministério em novembro de 2024, que abrange um portfólio de concessões para 51 aeroportos regionais em todo o Brasil, com início previsto para 2025.

Em relação à carteira de hidrovias, a secretária informou que está sendo estudada a concessão dos rios Madeira, Tocantins-Araguaia, Tapajós e Barra Norte, mas os planos do Ministério são começar pela Paraguai-Paraná.

ApexBrasil

O seminário 20 Anos da Lei Federal de PPPs foi promovido pela Casa Civil em parceria com o Banco do Brasil e a ApexBrasil, empresa pública com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros que fomentem a industrialização, a inovação e o crescimento econômico, além de dar destaque ao país no comércio exterior.

A diretora de Negócios da ApexBrasil, Helena Brandão, falou sobre as estratégias da instituição até 2027. “Apoiamos setores estratégicos como mineração, resíduos sólidos, infraestrutura, energias renováveis, conectando oportunidades locais a investidores globais que buscam projetos robustos e sustentáveis”, contou.

O seminário continua nesta terça-feira (10), com dez painéis abordando temas como o panorama internacional das PPPs, novas práticas globais, papel das fábricas de projetos e contribuição das PPPs para a construção e adaptação climática.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/12/2024

NACIONAL - DIRETOR DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO DESTACA PLANEJAMENTO ANTES DE DEFINIR MODELO DE PARCERIA

Seminário sobre os 20 anos da Lei de Parcerias Público-Privadas discute modelos como o Rio São Francisco e os perímetros irrigados

Por Da Redação redacao.jornal@redeneews.com.br



O diretor do Departamento de Estruturação de Projetos e Sustentabilidade do MIDR, Marcos Neves Torreão, participou de um dos painéis do seminário 20 Anos da Lei Federal de PPPs. Foto: Sérgio Francês/MPor

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) federais estiveram no centro das discussões durante o primeiro dia do seminário 20 Anos da Lei

Federal de PPPs, na segunda-feira (9), em Brasília (DF).

Um dos destaques foi a apresentação do diretor do Departamento de Estruturação de Projetos e Sustentabilidade do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), Marcos Neves

Torreão. Ele enfatizou o papel do Projeto de Integração do Rio São Francisco e as concessões de perímetros irrigados nas estratégias do Ministério.

“Acho importante citar esses dois modelos usados pelo ministério atualmente para reforçar a importância da ordem correta quando o assunto são as PPPs. Primeiro, é necessário estudar o projeto para depois definir o modelo de parceria e não o contrário”.

Os perímetros irrigados citados por Torreão consistem na definição de grandes áreas pelo Governo, concedidas ao setor privado para exploração. Nessas regiões, associam-se serviços à concessão de uso do terreno, viabilizando projetos públicos de agricultura irrigada.

O painel teve como mediador o secretário adjunto de Infraestrutura Econômica do Programa de Parcerias para Investimentos (PPI), Adailton Dias. Também participaram o secretário executivo adjunto do Ministério de Portos e Aeroportos, Fábio Lavor; o secretário executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro; e o gerente de Projetos do Ministério da Saúde, Alisson Marques.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/12/2024

REGIÃO NORTE - BIOECONOMIA: CONVÊNIO VIABILIZA HUB DE INOVAÇÃO EM MANAUS

Projeto apoiado pelo Governo Federal transformará estrutura do CBA em centro para startups e soluções sustentáveis

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin participou da cerimônia de assinatura do convênio para a criação do Espaço CBA de Inovação, firmado pela ABDI e pelo CBA (Foto: Divulgação/MDIC)

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Centro de Bionegócios da Amazônia (CBA) firmaram na última sexta-feira (6) um convênio para a criação do Espaço CBA de Inovação (ECBAI), um novo hub de Bionegócios e Inovação em Manaus. O projeto, apoiado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), visa modernizar as instalações do CBA, atraindo empresas e startups que desenvolvam soluções baseadas na biodiversidade amazônica.

O vice-presidente e ministro do MDIC, Geraldo Alckmin, destacou a importância estratégica da iniciativa. “É mais um passo para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e do Brasil”, afirmou.

Rodrigo Rollemberg, secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria, ressaltou o impacto econômico e social do projeto: “A gente está transformando o CBA num grande hub de bioeconomia, transformando um hotel que não funcionava num hotel de empresas que vai abrigar negócios na área de cosméticos, de alimentos funcionais, de bioinsumos, gerando renda e riqueza para a população da Amazônia”.

O presidente da ABDI, Ricardo Cappelli, enfatizou a relevância da colaboração. “A indústria do século 21 é inovadora, exportadora e, sobretudo, sustentável, o que torna essa parceria da ABDI com o CBA algo muito importante”. Marcio Miranda, diretor-geral do CBA, complementou: “Esse apoio é um passo que estrutura o ambiente colaborativo, de integração entre empresas, governo e órgãos reguladores na promoção da inovação a partir da biodiversidade amazônica”.

O Espaço CBA de Inovação, parte do projeto CBA Open, será um ambiente voltado à colaboração entre empresas, comunidades tradicionais, instituições de ensino, investidores e formuladores de políticas públicas. Uma das principais ações previstas é a reforma do antigo hotel do CBA, que nunca

foi utilizado. A estrutura será adaptada para receber empresas, incluindo startups, interessadas em desenvolver soluções inovadoras baseadas na biodiversidade da Amazônia.

Cerca de R\$ 2,4 milhões serão investidos em obras, mobiliário e equipamentos para transformar o local em um espaço moderno, sustentável e inovador.

A iniciativa busca alinhar-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com ênfase na erradicação da pobreza, na promoção do trabalho digno e no crescimento econômico, além de responder às crescentes demandas globais por soluções que promovam o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/12/2024

REGIÃO NORDESTE - PECÉM AMPLIA INFRAESTRUTURA E ASSUME OPERAÇÕES DE TANCAGEM DO MUCURIBE

Projeto de R\$ 430 milhões integra plano de modernização com novas obras no complexo portuário cearense

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redebeneews.com.br



A estrutura do futuro Terminal de Armazenamento e Distribuição de Combustíveis no Pecém incluirá tanques para combustíveis derivados de petróleo, biocombustíveis, BTX e alcatrão. Foto: Divulgação

O Porto do Pecém (CE) vai receber as operações de tancagem que são feitas, até então, no Porto de Fortaleza (CE). A mudança de local dos terminais era uma demanda antiga, já que o Porto de Fortaleza fica em área residencial e este tipo de movimentação traz riscos

de acidentes graves.

Na última quinta-feira (5), o Governo do Ceará e o Grupo Dislub Equador detalharam o projeto do novo Terminal de Armazenamento e Distribuição de Combustíveis (tancagem) que será instalado no Pecém. De acordo com as informações, o investimento será de R\$ 430 milhões na primeira fase, sendo R\$ 343 milhões financiados pelo Banco do Nordeste. A expectativa é gerar 500 empregos durante a obra, que começa em janeiro de 2025 e deve ser concluída em agosto de 2027, e 100 durante a operação.

O presidente do Banco do Nordeste, Paulo Câmara, ressaltou que 80% do valor do financiamento já foi contratado e destacou a importância da liberação de recursos para garantir o cumprimento do cronograma. “Em dezembro, teremos condições de desembolsar cerca de R\$ 240 milhões, permitindo que a empresa se planeje adequadamente”, disse Câmara.

“Nós vamos iniciar a solução de um sonho do povo de Fortaleza, que é o deslocamento da tancagem do Mucuripe (Fortaleza) para o Porto do Pecém. Tenho certeza de que isso garantirá uma maior competitividade na distribuição de combustíveis no estado do Ceará”, afirmou o governador Elmano de Freitas (PT).

A execução do projeto ficará a cargo da Terminais Marítimos do Brasil S.A. (TMB), empresa do grupo pernambucano Dislub Equador, que atua há mais de 20 anos no Norte e Nordeste do Brasil. Sérgio Lins, presidente da Dislub, ressaltou o diferencial do novo terminal: “Atualmente, no Mucuripe, as empresas operam com bases de combustíveis próprias, o que limita contratos com outras distribuidoras. Nosso terminal será aberto a qualquer distribuidora regularmente registrada na ANP, o que cria mais competitividade no mercado”, explicou Lins.

A estrutura do terminal incluirá tanques para armazenar combustíveis derivados de petróleo (gasolina, diesel S10 e querosene de aviação), biocombustíveis (biodiesel B100, etanol anidro e hidratado), BTX e alcatrão. Na primeira fase, a área construída será de 130 mil metros cúbicos, com capacidade para atingir 220 mil metros cúbicos, ampliando a capacidade de armazenamento e distribuição de combustíveis no Nordeste.

O presidente do CIPP, Hugo Figueiredo, destacou a relevância do projeto dentro do contexto de desenvolvimento do Complexo do Pecém. “Este terminal de tancagem é um dos muitos projetos importantes que entram em fase de execução no Pecém, o que fortalecerá ainda mais nossa infraestrutura”, afirmou Figueiredo.

Fortalecimento

O projeto faz parte de um conjunto de iniciativas para fortalecer o Complexo do Pecém, incluindo a expansão da ferrovia Transnordestina, que deverá dobrar a movimentação de cargas no porto, e a construção do Hub de Hidrogênio Verde, que prevê investimentos de US\$ 24 bilhões. O governador anunciou também no encontro que as obras de modernização e ampliação do Porto do Pecém terão início no início de 2025, além da conclusão da Transnordestina, que contribuirá para a melhoria da logística regional.

Novos investimentos

O Porto do Pecém vai receber dois novos berços, um no Píer 2 e outro no Terminal de Múltiplas Utilidades (TMUT), para dar suporte ao aumento de demanda relacionada a essa mudança de terminal de tancagem e também o hub de hidrogênio verde que será instalado no local.



Representantes do Governo do Ceará e do Grupo Dislub Equador detalharam no último dia 5 o projeto do novo terminal de tancagem que será instalado no Complexo do Pecém

Será criado um corredor de utilidades compartilhadas, onde vão circular os dutos de amônia, gás natural, hidrogênio, água e a rede de energia elétrica. A obra contará com um investimento de mais de R\$ 800 milhões, com financiamento de cerca de R\$ 540

milhões do Banco Mundial e o restante do CIF (Climate Investment Funds), além de contrapartida de R\$ 60 milhões do Pecém. A previsão de conclusão da obra é de 40 meses, com licitação internacional já em andamento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/12/2024

REGIÃO SUL - TEMPORADA DE CRUZEIROS EM PARANAGUÁ COMEÇA NO PRÓXIMO DIA 17

Os roteiros vão ser operados semanalmente pelo navio Armonia, da armadora italiana MSC, em 8 escalas até janeiro

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebenews.com.br



Desde o ano passado, o Governo do Estado investiu cerca de R\$ 1 milhão para atendimento de embarques e desembarques, por meio de melhorias na infraestrutura e climatização (Foto: Divulgação/MS)

A temporada 2024-2025 de Cruzeiros terá início no Porto de Paranaguá (PR) no próximo dia 17 de dezembro. Os roteiros vão ser operados semanalmente pelo navio Armonia, da armadora italiana MSC. A embarcação, com capacidade para mais de 2,5 mil passageiros, fará trechos em Las Palmas (Espanha) a Itajaí; Ilhabela a Itajaí e Buenos Aires (Argentina) a Itajaí.

Segundo o Governo do Paraná, a temporada voltará a ter a recepção de turistas em um espaço montado pela Secretaria de Turismo, em parceria com a Agência de Desenvolvimento Cultural e do Turismo Sustentável, na Praça Mario Roque, no Centro Histórico de Paranaguá.

O secretário estadual do Turismo, Márcio Nunes, afirma que a decisão da operadora em manter as paradas no Paraná reflete os grandes investimentos feitos no setor, aliado às belezas e potenciais turísticos encontrados no Estado.

O Governo do Estado investiu R\$ 1 milhão para atendimento de embarques e desembarques, por meio de melhorias na infraestrutura e climatização.

“A última temporada ajudou a atrair um grande número de turistas estrangeiros no Paraná, que já vinha em crescimento constante graças às ações e iniciativas de fomento do Estado. Realizamos também grandes investimentos, com um destaque a prestação de serviços, porque o turismo bem executado, é aquele que tem serviços qualificados”, comentou o secretário.

A primeira parada de um navio em Paranaguá está prevista para às 8 horas, com turistas que embarcaram no porto de Las Palmas G. Canária, na Espanha. Na sequência, no dia 20, o MSC chega às 10hs de um navio vindo de Ilhabela. Em dezembro (27) e em janeiro (dias 03, 10, 17, 24 e 31) chegam navios sempre às 8h, com origem de Buenos Aires, na Argentina. Todos os cruzeiros seguem ao final do dia para o Porto de Itajaí, em Santa Catarina.

Histórico

A primeira temporada de cruzeiros no Paraná aconteceu entre dezembro de 2023 e março de 2024, com o embarque e desembarque de mais de 39 mil pessoas. Segundo o Governo do Estado, a temporada movimentou mais de R\$ 25 milhões na economia local.

Confira a programação da temporada 2024/2025

17/12 – escala das 8h às 18h
20/12 – escala das 10h às 20h
27/12 – escala das 8h às 19h
03/01 – escala das 8h às 19h
10/01 – escala das 8h às 19h
17/01 – escala das 8h às 19h
24/01 – escala das 8h às 19h
31/01 – escala das 8h às 19h

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/12/2024

REGIÃO SUL - CONCESSIONÁRIA PREVÊ DUPLICAÇÃO DE TRECHO DA BR-040/MG ATÉ 2032

EPR Via Mineira divulga resultados dos primeiros 100 dias de concessão e compromissos de modernização da rodovia federal

Por Cássio Lyra cassio.lyra@redebenews.com.br



A concessão abrange um trecho de 232,1 km, com aportes esmados em R\$ 8,7 bilhões, dos quais R\$ 3,5 bilhões deverão ser investidos em obras iniciadas entre 2026 e 2027

A EPR Via Mineira, concessionária que administra a BR-040 — rodovia federal que conecta Belo Horizonte a Juiz de Fora —, realizou na segunda-feira (9), na capital mineira, a apresentação do plano de 100 dias da empresa referente a resultados e atualização de cronograma de obrigações da concessão do trecho

rodoviário. No evento, a EPR comunicou que o trecho da rodovia será duplicado em sete anos. Resultados e outras melhorias também foram divulgados.

Presente na solenidade, o diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Sampaio, explicou que todas as obras de obrigação deverão ser concluídas até o sétimo ano de contrato.

“A partir do segundo ano, nós teremos o início das duplicações e outras grandes obras. Com a conclusão no sexto ano, no mais tardar no sétimo, ou seja, teremos todas as obras executadas na rodovia. Entre elas, todas as duplicações dos ter chos que estão dispostos no contrato”, comentou.

A EPR Via Mineira assumiu a concessão da BR-040 no dia 6 de agosto. O trecho completo concedido será duplicado até 2032, enquanto que outros trechos, como o de Belo Horizonte até Conselheiro Lafaiete, terão sua duplicação de rodovia concluída até 2030.

“O prazo é possível. Nós já estamos trabalhando desde o início dos estudos do projeto da BR-040. Sabíamos dessa dificuldade. Quando ganhamos o leilão, aumentamos o ritmo desses trabalhos para que a gente não tenha nenhum problema de gargalo para iniciar as obras”, disse Eric Camargo de Almeida, diretor da EPR.

Conforme apresentado, de 6 de agosto a 18 de novembro, a concessionária registrou 11 vítimas fatais na rodovia, uma redução de 39% na comparação com o mesmo período de 2023, quando houve 18 vítimas. No mesmo período, os acidentes com vítimas fatais reduziram de 15 para 11, queda de 26%.

Entre as ações realizadas que resultaram na redução de fatalidades no trecho, destaca-se o ordenamento do tráfego, nova iluminação LED, pavimentação sustentável e sinalização reforçada no Trevo de Moeda; a requalificação do pavimento, revitalização da sinalização e instalação de dispositivos de segurança na Curva da Celinha; e as melhorias no Trevo do Paulo VI, com ajustes estruturais e nova sinalização, em Conselheiro Lafaiete e Barbacena.

Concessão

O leilão da BR-040 foi a primeira relicitação de uma rodovia federal promovida pela ANTT. A EPR Via Mineira venceu com uma proposta de desconto de 11,21% sobre a tarifa base de pedágio.

A concessão abrange um trecho de 232,1 quilômetros da BR-040/MG ao longo de 30 anos, com aportes esmados em cerca de R\$ 8,7 bilhões, dos quais R\$ 3,5 bilhões deverão ser investidos em obras iniciadas entre 2026 e 2027.

O projeto inclui a duplicação de 163,9 km, 42 km de faixas adicionais, 15,3 km de vias marginais, 14,2 km de ciclovias, oito passarelas, 57 pontos de ônibus, cinco postos da Polícia Rodoviária Federal e um ponto de parada e descanso para motoristas profissionais. Também está previsto o Desconto para Usuários Frequentes (DUF) e a opção de pagamento automático por meio de TAGs para os motoristas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/12/2024

REGIÃO SUDESTE - INVESTIMENTOS EM MODERNIZAÇÃO FAZEM PRODUTIVIDADE DO TVV CRESCER 39%

Ganho operacional no terminal capixaba ocorreu nos meses de setembro e outubro após melhorias realizadas no decorrer do ano

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

O Terminal Portuário de Vila Velha (TVV), no Espírito Santo, registrou um aumento de 39% na produtividade operacional entre setembro e outubro deste ano. De acordo com a Log-In Logística

Integrada, que administra o terminal, os resultados foram obtidos a partir de investimentos da empresa realizados no decorrer de 2024.



A Log-In investiu R\$ 48 milhões no projeto de retrofit do terminal, que inclui avanços significativos nas Ship-to-Shore Cranes (STS), que agora contam com tecnologias de ponta

As melhorias nas operações resultaram, também, na redução de 18% no tempo médio de permanência das embarcações no porto, assim permitindo uma maior rotatividade e capacidade de atendimento, além de um crescimento de 15% no volume médio de contêineres movimentados por escala.

A Log-In investiu R\$ 48 milhões no projeto de retrofit do terminal, que inclui avanços significativos nas Ship-to-Shore Cranes (STS), que agora contam com tecnologias de ponta.

A modernização abrangeu a implementação de sistemas avançados de automação, como o Crane Management System (RCMS), além de ferramentas como Twin de Vazio, Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR) e sistemas de pesagem integrados, que trouxeram mais confiabilidade e eficiência às operações portuárias.

Para o diretor de Terminais da Log-In, Gustavo Paixão, os investimentos realizados na revitalização da infraestrutura reforçam o fortalecimento da competitividade regional.

“Com a modernização, o terminal não só melhora sua eficiência operacional, como também se torna um ambiente mais atrativo e funcional para clientes e parceiros. Isso reforça o papel estratégico do TVV não apenas para o Espírito Santo, mas também para todo o Brasil”, destacou.

De acordo com a empresa, o TVV dará continuidade à modernização de suas operações com a implantação de Sistemas de Operação Remota (RCOS) e o Simocrane TPS (Truck Positioning System), que deverão aprimorar ainda mais a segurança e o controle operacional.

“A expectativa é reduzir a interação manual e otimizar o fluxo de contêineres tanto na movimentação interna quanto na interface com os navios”, comentou Paixão.

Além das inovações tecnológicas, o TVV conta com guindastes Mobile Harbor Crane (MHC), que foram adquiridos em etapas anteriores do projeto de renovação contratual. Esses equipamentos, alinhados aos princípios ESG, podem operar com energia elétrica de fontes renováveis, contribuindo para a redução de emissões de carbono e minimizando o impacto ambiental.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/12/2024



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

MOVECTA ANUNCIA ROBERTO TELLER COMO NOVO DIRETOR DE OPERAÇÕES

Informações: MOVECTA (10 de dezembro de 2024)

Com quatro décadas de carreira, executivo chega à companhia com a meta de revisar KPIs, redesenhar processos e focar em Logística 4.0

A Movecta anunciou Roberto Teller como novo diretor de operações. Com uma carreira de quatro décadas e experiência em infraestrutura logística, cadeia de suprimentos, estratégia e gestão comercial, o executivo passou por companhias como Grupo Libra, Bandeirantes Deicmar, Santos Brasil e Alvarez & Marsal.

Formado em Engenharia pela FEI, Teller possui especializações em Administração Estratégica e Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e em Matemática Aplicada pela Universidade de São Paulo (USP). Em comunicado, a companhia destacou que o executivo chega à companhia com o objetivo de contribuição a excelência operacional em um momento de crescimento da empresa.

“Estou bastante motivado para contribuir com esse movimento de crescimento que a companhia tem experimentado ao longo dos últimos anos”, disse Teller. “Pretendo compartilhar meu aprendizado por meio de recursos científicos e metodológicos, fazer a revisão de indicadores de desempenho, redesenhar processos, qualificar ainda mais o tempo e levar a companhia à Logística 4.0 e ter um olhar mais atento à intimidação com o cliente.”

O executivo também ressaltou a importância de pilares como gestão interna e foco no cliente. “Estamos muito centrados em nossa gestão interna e nos processos de negócios, investindo continuamente para que nossos clientes percebam que sempre poderão contar com serviços de qualidade e atenção total a cada detalhe.”

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 10/12/2024

CÂMARA DE PETRÓLEO, GÁS E ENERGIA DA ACS PROMOVE SEMANA DO OFFSHORE PAULISTA

Informações: Santaportal (10 de dezembro de 2024)



A Câmara de Petróleo, Gás e Energia (CPGE) da Associação Comercial de Santos (ACS) realizará, nas próximas quinta (12) e sexta-feira (13), a Semana do Offshore Paulista, um evento inovador voltado para profissionais, estudantes e especificamente no setor offshore de petróleo e gás.

A iniciativa reunirá instituições de ensino, autoridades, representantes do mercado e a comunidade acadêmica, criando um espaço ideal para a troca de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades fundamentais para o segmento.

Com foco em alinhar a formação acadêmica às necessidades do mercado, a Semana do Offshore Paulista abordará temas importantes para a capacitação de profissionais, destacando os desafios e as oportunidades de um setor estratégico e vital para a economia nacional.

“A Semana do Offshore Paulista é uma iniciativa fundamental para enfrentarmos um dos maiores desafios do setor: a escassez de mão de obra perdida. O mercado offshore, especialmente nas áreas técnicas e operacionais, exige profissionais altamente capacitados, e eventos como estes são essenciais para aproximar a formação acadêmica das reais demandas da indústria. Investir em capacitação, jovens aprendizes e na formação de especialistas não é apenas estratégico para o crescimento do setor, mas também uma ferramenta poderosa para promover o desenvolvimento social e econômico em nossa região e no país”, afirmou Eduardo Varela, Coordenador da Câmara de Petróleo, Gás e Energia da ACS.

As inscrições são gratuitas e obrigatórias, com vagas limitadas para as visitas técnicas.

As inscrições podem ser feitas através do link: <https://www.sympla.com.br/evento/semana-do-offshore-paulista-2024/2733826>



Confira a Programação Completa:

Dia 12 de dezembro:

9h às 12h: Abertura Oficial e Palestra Educativa: “Introdução ao Ambiente Offshore e Desenvolvimento de Mão de Obra no Litoral Paulista”

Local: Associação Comercial de Santos (Rua XV de Novembro, 137)

14h às 17h: Palestra: “Formação Técnica e Profissionalizante para o Setor de Petróleo e Gás – Base para o Crescimento Sustentável do Setor Offshore”

Local: SENAI (Av. Senador Feijó, 421)

18h às 21h: Palestra: “Educação Superior: Formação de Profissionais para um Mercado Offshore Competitivo”

Local: UNISANTA (Rua Oswaldo Cruz, 277)

Dia 13 de dezembro:

9h às 12h: Visita Técnica: “Imersão nas Operações Offshore no CTCO da Saipem (Guarujá)” (Vagas limitadas – participação à confirmar)

Local: Saipem (Av. Maria de Oliveira Chere, 102 – Guarujá)

14h às 12h 16h: Palestra: “Jovens Talentos no Setor de Petróleo e Gás – Programas de Estágio e Trainee”

Local: CAMPS (Av. Washington Luis, S/N)

17h às 20h: Palestra e Encerramento na Sede da Petrobras UN-BS: “Retenção e Desenvolvimento de Talentos no Setor de Petróleo e Gás”

Local: Petrobras Valongo (R. Marquês de Herval, 90)

20h30 às 21h: Visita guiada ao COI da Petrobras UN-BS (Santos) (Vagas limitadas – participação à confirmar)

Serviço: Evento: Semana do Offshore Paulista

Data: 12 e 13 de dezembro

Locais: Associação Comercial de Santos, SENAI, UNISANTA, CTCO Saipem, CAMPS, e Petrobras Valongo

Inscrições: Gratuitas e obrigatórias (vagas limitadas)

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 10/12/2024

PORTO DE SANTOS AJUSTA OPERAÇÕES PARA FESTAS DE FIM DE ANO

Fonte: Autoridade Portuária de Santos (10 de dezembro de 2024)

A Autoridade Portuária de Santos (APS) informa a Comunidade Portuária sobre os horários de funcionamento do Porto de Santos durante as festas de fim de ano. Assim como nos anos anteriores, não há programação de entrega de navios em dois períodos específicos.

As operações portuárias serão suspensas entre as 19 horas do dia 24 de dezembro de 2024 e as 7 horas do dia 25 de dezembro de 2024, retornando normalmente após o Natal. No período de Ano Novo, o atendimento será interrompido das 19 horas do dia 31 de dezembro de 2024 até as 7 horas do dia 1º de janeiro de 2025.

A busca pela decisão proporciona um momento de celebração e descanso à comunidade portuária, mantendo a tradição de pausas nos feriados de fim de ano. A Autoridade Portuária orienta que empresas e trabalhadores se organizem com antecedência para adequar as suas atividades a esses períodos de paralisação.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 10/12/2024

SITE DA APS RECEBE RECONHECIMENTO NACIONAL POR TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Informações: Autoridade Portuária de Santos (10 de dezembro de 2024)

“Selo Ouro” é concedido para boas práticas a fomentar a participação e o controle social

A Autoridade Portuária de Santos (APS), empresa responsável pela infraestrutura pública do Porto de Santos, recebeu o Selo Ouro do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), pela aderência de seu site (www.portodesantos.com.br) aos critérios legais e boas práticas relacionadas ao tema transparência, demonstrando sua preocupação em ser transparente com suas ações e em fomentar a participação e o controle social.

O reconhecimento foi concedido pela Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil), em uma iniciativa externa para promover e avaliar a transparência das informações públicas em estados e municípios brasileiros.

Foram mais de sete mil portais públicos avaliados. O PNTP concedeu às mais transparentes em relação aos dados os selos diamante, ouro e prata. Destes apenas 7,8% receberam o selo Diamante (os mais transparentes), enquanto 9,4% receberam o selo Ouro (695 sites).

O reconhecimento aponta que a APS conta com um sistema eficiente de transparência pública, por meio de seu site e dos demais meios de participação social.

A avaliação completa do PNTP está no site <https://radardatransparencia.atricon.org.br/panel.html>

APS encerra atendimento direto pelo setor de Auditoria

Com o bom funcionamento dos canais de transparência da APS, em especial de sua Ouvidoria, a APS decidiu encerrar o atendimento direto por e-mail do seu Comitê de Auditoria.

O endereço denuncias.coaud@portodesantos.com.br deixa de receber mensagens, que passam a ser, conforme a legislação vigente, recebidas apenas por meio da plataforma FalaBR do Governo Federal.

A Auditoria interna da APS continuará aceitando as informações sobre as demandas recebidas pela Ouvidoria, tanto nas participações trimestrais da Gerência de Ouvidoria nas reuniões do Comitê de Auditoria quanto temporariamente, sempre que houver necessidade.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 10/12/2024

PROJETO PERMITE TRANSFERÊNCIA DE BILHETE AÉREO E CORREÇÃO DE NOME DE PASSAGEIRO

Informações: Agência Senado (10 de dezembro de 2024)



Imagem de wirestocksem Freepik

A gratificação na correção do nome do passageiro e a possibilidade de transferência da titularidade da passagem aérea serão comprovadas no Senado. Um projeto de lei para garantir esses direitos foi apresentado pela senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA). O texto também prevê que os passageiros recebam o reembolso do valor do bilhete caso a companhia aérea cancele a viagem ou se o passageiro desista por motivos de força maior, que devem ser definidos por regulamentação.

O PL 4.223/2024, que tramita na Comissão de Infraestrutura (CI), altera o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565, de 1986) para determinar que erros no preenchimento do nome ou sobrenome do passageiro sejam corrigidos pela empresa aérea sem custo até o momento do check-in. Para voos internacionais com diferentes operadores, os custos da correção poderão ser repassados ao passageiro, desde que o erro não seja culpa da companhia aérea.

O projeto ainda estabelece que o passageiro poderá transferir a titularidade do bilhete sem ônus até sete dias antes do voo, oferecendo mais flexibilidade aos consumidores. “É importante, no entanto, que essa medida seja tomada com o cuidado necessário para que não se gere um mercado de 'cambistas' de passagens aéreas, o que poderia desequilibrar o mercado aéreo nacional”, ressalva a autora.

Além disso, o texto propõe que a interrupção da viagem, a desistência ou o não comparecimento tempestivo para o embarque dos voos contratados não autorize o transportador a cancelar a reserva de todos os voos subsequentes indicados no respectivo bilhete de passagem.

A senadora argumenta que o mercado brasileiro de transporte aéreo é altamente concentrado. Para ela, essa falta de competitividade permite que as empresas adotem práticas que sejam parceiras do passageiro (parte mais vulnerável na relação de consumo) e que contrariam as garantias conferidas por leis como o Código de Defesa do Consumidor.

“Este projeto é fundamental para garantir mais justiça e equilíbrio nas relações de consumo no setor aéreo, contribuindo para a proteção dos direitos dos passageiros e o fortalecimento da confiança no transporte aéreo no Brasil”, ressalta.

Camilly Oliveira, sob supervisão de Patrícia Oliveira

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 10/12/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

GOVERNO PREPARA RESOLUÇÃO PARA RETOMAR OBRAS DA USINA NUCLEAR DE ANGRA 3, MAS APROVAÇÃO É ADIADA

Custo estimado para concluir o projeto pode chegar a R\$ 30 bi

Por Geralda Doca — Brasília



Complexo de Angra: especialistas destacam que energia nuclear tem baixa emissão de gases do efeito estufa e reforça confiabilidade do sistema por não se tratar de uma fonte intermitente — Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) do governo preparou uma resolução para autorizar a retomada das obras de Angra 3, a terceira usina nuclear do país, em construção há 40 anos no complexo localizado à beira-mar no litoral sul do Rio. O órgão é capitaneado pela pasta de Minas e Energia e conta com representantes de diversos ministérios. A aprovação desse documento, porém, foi adiada nesta terça-feira por divergências entre ministros e dúvidas sobre o impacto fiscal.

O ministro Alexandre Silveira já se declarou favorável à continuidade do empreendimento. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entregou no início do mês à Eletronuclear os estudos referentes à estruturação do modelo técnico, jurídico e financeiro da retomada do projeto.

Um dos dados do BNDES ao longo do processo apontam um impacto de R\$ 21 bilhões de perdas caso o governo desista do projeto. O cálculo inclui o que foi gasto em obras após 2010 (R\$ 12 bilhões) e a quitação das dívidas — BNDES e Caixa são os principais credores — além de multas de contratos vigentes com fornecedores. Até agora, 67% da usina já foi construída, em termos de progresso físico.

Centro de controle da Enel, que funciona no Porto Maravilha, no Rio: graças à tecnologia, é possível resolver parte das ocorrências no local – Divulgação

Plano Verão: Enel usa inteligência artificial e aumenta número de equipes para evitar falta de luz. Por outro lado, a maior parte dos cerca de R\$ 30 bilhões para a finalização viria de financiamento privado. Menos de 10% viriam dos sócios da Eletronuclear. Para os cofres públicos, a conta ficaria em R\$ 1,6 bilhão.

A retomada de Angra 3 voltará à pauta do CNPE na reunião extraordinária do colegiado, na última semana de janeiro. Ficou acertado que a Casa Civil vai propor medidas para melhorar a governança da Eletronuclear e a área econômica do governo discutir com o BNDES fontes alternativas de financiamento para reduzir o uso de recursos públicos.

O BNDES foi contratado pela Eletronuclear em 2019 para realizar o trabalho, que contou com a participação de mais de 50 consultores de nove empresas e teve sua primeira entrega realizada em novembro de 2022, quando os estudos foram submetidos à análise do Tribunal de Contas da União (TCU). Após intenso processo de discussões junto à unidade técnica do tribunal para promover aprimoramentos da modelagem, o TCU concluiu sua análise em abril de 2024.

No processo, o BNDES realizou estudo de impacto socioambiental e diligência técnico-operacional (engenharia) para atestar que os equipamentos têm condições de operar, tendo em vista a paralisação das obras da usina.

Impacto no setor



Vista aérea das obras paradas da usina nuclear Angra 3, no litoral fluminense — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

Para tirar o projeto do papel, o governo precisará aprovar novas diretrizes para o preço da eletricidade gerada por Angra 3, um dos objetos de decisão do CNPE — a tarifa é cobrada das transmissoras e distribuidoras que levam a produção da usina para o sistema elétrico nacional.

Uma resolução de 2021 do CNPE, ainda do governo Jair Bolsonaro, estabeleceu que a nova tarifa deveria ser definida com base num estudo de viabilidade econômico-financeira a cargo do BNDES, que desde 2019 trabalha no tema.

O estudo do banco, entregue no início de setembro, estimou uma tarifa de R\$ 653,31 por megawatt-hora (MWh). Segundo a Eletronuclear, o preço está condizente com a geração térmica no país. Com base nesse valor, o BNDES estimou que o projeto ficaria viável para a finalização das obras.

O investimento em obras foi calculado em R\$ 23 bilhões, mas chega a R\$ 30 bilhões para incluir a reestruturação de dívidas e correções monetárias. O endividamento total da Eletronuclear era de R\$ 6,8 bilhões no fim de 2023, segundo o balanço financeiro da estatal.

Década de 1980

Angra 3 começou a ser construída na década de 1980. O projeto teve atrasos sucessivos, com crises econômicas e escândalos de corrupção, como os revelados pela Lava-Jato.

Os sucessivos atrasos provocaram situações inusitadas, como a manutenção de maquinário comprado na década de 1980. Para evitar a deterioração, os equipamentos são embalados a vácuo, passando por um processo periódico de lubrificação — segundo a Eletronuclear, parado, o canteiro de obras de Angra 3 custa em torno de R\$ 1 bilhão por ano.

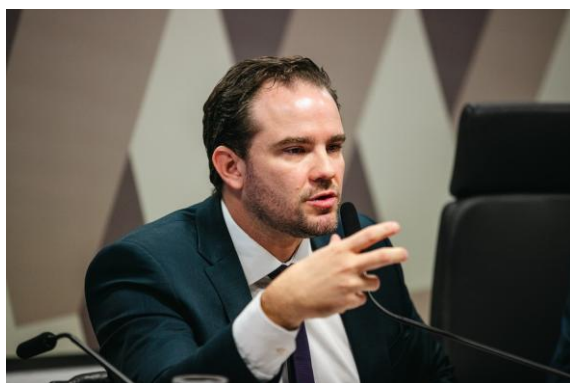
Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/12/2024

SECRETÁRIO DE HADDAD ADMITE REVER MUDANÇAS NO BPC APÓS RESISTÊNCIAS DA BANCADA DO PT

Alterações no Benefício de Prestação Continuada poderiam render uma economia de R\$ 12 bilhões até 2030, segundo as estimativas oficiais

Por Bernardo Lima



O Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan — Foto: Washington Costa/MF

O secretário-executivo do ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse nesta terça-feira que o governo pode rever mudanças propostas no Benefício de Prestação Continuada (BPC) para que o pacote fiscal do governo seja aprovado no Congresso. Nesse caso, a resistência vem do PT, partido do presidente da República.

Durigan se reuniu com a bancada petista nesta segunda-feira para ouvir os parlamentares sobre possíveis ajustes a serem feitos. Segundo ele, a principal preocupação foi em relação à restrição de famílias unipessoais.

— O BPC tem uma preocupação da bancada do PT que a gente entendeu e vai internalizar, a depender como for é possível que façamos um tipo de ajuste ou outro para que a gente destrave a votação — disse o secretário, número dois do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Segundo ele, “ajustes menores” que preservem o ponto de vista conceitual e de lógica do BPC, sem que haja uma perda de impacto fiscal.

— Se de fato tiver um medo de perda de direitos nós podemos rever — concluiu.

As mudanças no BPC devem render uma economia de R\$ 12 bilhões até 2030, segundo as estimativas oficiais. O BPC prevê o pagamento de um salário mínimo por mês a idosos de baixa renda e portadores de deficiência.

Para conter o crescimento do gasto com o benefício, que vem chamando atenção nos últimos anos, uma das ideias da equipe econômica é alterar os cálculos de renda pessoal e familiar que definem se determinado candidato tem ou não direito ao BPC.

Para ter direito ao BPC, é preciso que a família tenha uma renda per capita de no máximo 25% do salário mínimo (hoje o equivalente a R\$ 353 por mês).

— Ajustes menores que podem (ser feitos para) preservar do ponto de vista conceitual e da lógica do BPC sem que a gente tenha perda de impacto fiscal. Preservando o impacto fiscal e corrigindo eventualmente algum conceito ou imprecisão que tenha incomodado não só a bancada do PT como outras.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/12/2024

GOVERNO VAI ENVIAR PROJETO DE ISENÇÃO DO IR PARA QUEM RECEBE ATÉ R\$ 5 MIL AINDA NESTE ANO, DIZ NÚMERO 2 DE HADDAD

Votação, porém, ficará para 2025 e medida só entrará em vigor no ano seguinte
Por Bernardo Lima — Brasília



Imposto de Renda terá mudanças — Foto: Joédson Alves/Agência Brasil

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou nesta terça-feira que o governo vai enviar ao Congresso ainda neste ano o projeto que prevê isenção de imposto de renda (IR) para quem recebe até R\$ 5 mil ainda neste ano. A votação, porém, ficará para 2025 e a medida só entra em vigor no ano seguinte.

Segundo Durigan, a decisão é do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

— A previsão é de que a gente envie este ano, essa é uma decisão do presidente com o ministro Haddad. Mas o projeto está pronto — disse a jornalistas nesta terça.

Em pronunciamento na televisão em outubro o governo anunciou que vai enviar um projeto de lei que prevê o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil.

A discussão do tema no Congresso, no entanto, deve ficar para 2025, já que a pauta está travada com temas como o pacote de cortes de gastos, reforma tributária e Orçamento.

De acordo com Dario, o projeto já está pronto para ser enviado.

— O projeto da renda está pronto, é proposta da Fazenda, a gente que levantou esse projeto tentando viabilizar a isenção.

*Fonte: O Globo - RJ
Data: 10/12/2024*

GOVERNO APROVA LEILÃO DE SETE BLOCOS DE PETRÓLEO NO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS

CNPE também validou resolução para redução de emissões de toneladas de CO2 nos próximos dez anos

Por Geralda Doca — Brasília



Navio-plataforma instalado no campo de Itapu, no pré-sal da Bacia de Santos — Foto: Márcia Foletto/Agência O Globo/27-09-2023

investimentos no período.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou, nesta terça-feira, a inclusão de sete blocos de petróleo no pré-sal na Bacia de Santos na chamada Oferta Permanente da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Para esses blocos, a expectativa de arrecadação governamental é de mais de R\$ 220 bilhões durante a vida útil dos projetos, com previsão de R\$ 214 bilhões em

Foram incluídos os blocos Cerussita, Aragonita, Rodocrosita, Malaquita, Opala, Quartzo e Calcedônia para a licitação em regime de partilha de produção. O CNPE é liderado pelo Ministério de Minas e Energia e reúne diversos outros órgãos do governo.

A estimativa do governo é que só as receitas de bônus de assinatura vão gerar R\$ 874 milhões para a União.

Os sete blocos estão localizados no polígono do pré-sal, especificamente na Bacia de Santos, localizada nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Eles se juntam aos outros dezessete blocos já autorizados pelo CNPE anteriormente.

Com isso, o próximo leilão, previsto para junho, deverá ser o maior leilão do regime de partilha de produção em quantidade de blocos.

Óleo

O CNPE aprovou também uma resolução que autoriza o uso de óleo e gorduras residuais na produção de biodiesel e combustível sustentável da aviação (SAF), na sigla em inglês e diesel verde. A medida está em linha com a Lei do Combustível do Futuro, aprovada recentemente.

As metas mínimas dos óleos na mistura dos biocombustíveis serão definidas por portaria conjunta dos ministérios de Minas e Energia e Meio Ambiente.

Conteúdo local

Também foram aprovados índices mínimos de conteúdo local para a construção de navios-tanque novos no Brasil. Essas embarcações serão utilizadas exclusivamente na cabotagem de petróleo e derivados e devem ser incorporadas ao ativo imobilizado de empresas nacionais.

De acordo com a resolução, os novos navios-tanque deverão ter um índice mínimo global de 50% de conteúdo local, o que inclui bens produzidos e serviços prestados no Brasil durante a execução do contrato de construção. O percentual abrange grupos de investimentos como serviços de engenharia, máquinas e equipamentos, além da construção e montagem das embarcações.

Renovabio

Na mesma reunião, o CNPE aprovou resolução que define as metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis referentes ao período de 2025 a 2034 por meio do programa Renovabio. A meta global é alcançar redução de 11,37% da intensidade de carbono em 2034 em relação a 2018.

De acordo com a medida, a meta do RenovaBio para 2025 será de 40,39 milhões de Créditos de Descarbonização (CBIOS), o que significa redução de 40,39 milhões de toneladas de gás carbônico equivalente na atmosfera.

A meta definida pelo CNPE será desdobrada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aos distribuidores de combustíveis, considerando a participação de cada um no mercado de combustíveis fósseis.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/12/2024

PETROBRAS QUER AMPLIAR ENCOMENDAS NACIONAIS DESDE QUE PATAMAR DE LUCRO SEJA RESPEITADO, DIZ PRESIDENTE DA ESTATAL

Estatal abriu licitação para duas plataformas em Sergipe Águas Profundas com conteúdo local de 30% a 40%

Por Bruno Rosa



Magda Chambriard, presidente da Petrobras, participa do FPSO Supply Connections Brazil Offshore, no Rio — Foto: Bruno Rosa

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, disse que a estatal vai ampliar as encomendas em estaleiros e empresas nacionais nos próximos anos, desde que o patamar de lucro seja respeitado. Ela participou da abertura da FPSO Supply Connections Brazil Offshore, evento realizado na manhã desta terça-feira, no Rio de Janeiro, e organizado pela estatal, Sinaval, que representa o setor naval, e o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP).

A estatal pretende, até 2029, encomendar 11 plataformas de produção de petróleo e gás (FPSOs), 30 novas sondas de exploração e cerca de 90 embarcações submarinas para dar suporte às operações em alto-mar. O novo plano de negócios da estatal prevê investimentos de US\$ 111 bilhões, valor 9% maior em relação ao plano anterior.

— Vamos ampliar os investimentos no parque produtivo brasileiro e assegurar que vamos fazer encomendas com fornecedores nacionais, mas tem que ter uma base competitiva. O patamar de lucro da Petrobras será respeitado, promovendo a indústria nacional. Quando olhamos para frente, vemos oportunidades. Temos o pré-sal, que vai continuar se desenvolvendo. A Bacia de Campos vai retomar a produção e produzir, no futuro, tudo que já produziu. O fator de recuperação em Campos é hoje de 17% e queremos chegar a 35% — disse Magda.

Sem voo de galinha

Ela citou a encomenda de dois FPSOs para Sergipe Águas Profundas (SEAP), cujo edital foi lançado no último dia 9 de novembro. Lembrou que uma das unidades terá conteúdo local de 40% e a outra de 30%. Mas Magda fez um alerta para que se evitem voos de galinha.

— Precisamos conhecer o potencial e as dores para que a gente possa fazer essa indústria dar certo e traçar caminhos de progresso. Precisamos entender que nenhum de nós caminha sozinho. É evitar voo de galinha. Já enfrentamos uma sucessão de voos de galinha e, quando a gente olha para trás, temos que ver as lições apreendidas e calibrar o que somos capazes de fazer e não dar passos maiores que as nossas pernas possam oferecer. Tem que fazer acontecer com passos sedimentados, com esforço e consciência do que a indústria pode entregar — afirmou Magda.

Ela, no entanto, afirmou que, para que o projeto de Sergipe Águas Profundas (SEAP) possa ser rentável, é preciso que seja construído um mercado para o gás. Em Sergipe, cada uma das unidades terá capacidade para produzir 120 mil barris de óleo por dia e até 12 milhões de metros cúbicos de gás diários.

— Sergipe Águas Profundas é um projeto que vai produzir óleo e gás. Tem que ter espaço para produzir gás. Quando falamos de esforço legislativo, de construção de mercado de gás, temos que entender que projetos de gás nascem com projetos de óleo. Isso não é chantagem, é realidade de negócio. Ninguém faz uma plataforma para ter prejuízo. Precisamos ter mercado para nosso produto final. Esse projeto de Sergipe Águas Profundas coloca Sergipe em posição de vanguarda. O Nordeste tem essa posição estratégica — disse ela, destacando que a primeira plataforma pode entrar em operação em 2030 ou até antes.

Segundo Magda, o ajuste do Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten) pelo Senado viabiliza os projetos para Sergipe Águas Profundas (SEAP). No projeto, foram incluídos entre os projetos prioritários os relacionados à energia nuclear, ao biogás, ao gás natural e à produção de amônia e derivados.

-- Precisamos de mercado para nosso gás, o que vai viabilizar economicamente os projetos do SEAP. O Paten endereça essa necessidade e garante a continuidade do projeto. É importante que haja mercado para o gás da Petrobras para viabilização desse projeto. O Senado entendeu o

tamanho desse desafio e ajustou o Paten, viabilizando os projetos SEAP 1 e 2, em benefício do Brasil e do Estado de Sergipe.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 10/12/2024

COMISSÃO DO SENADO APROVA INDICADOS POR LULA PARA O BANCO CENTRAL

Análise no plenário pode ser realizada ainda nesta terça
Por *Thaís Barcellos e Bernardo Lima* — Brasília



CAE do Senado sabatina indicados para o BC. Na foto, Izabela Correa; Nilton David; senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO); e Gilneu Vivan — Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, nesta terça-feira, as três indicações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à diretoria do Banco Central (BC). Os nomes agora serão submetidos ao plenário. Eles foram sabatinados nesta terça-feira e disseram ter compromisso com a principal missão da autoridade monetária, que é o controle da inflação.

A aprovação ocorreu em meio a expectativa de aumento da Taxa Selic. A maior parte das instituições financeiras avaliam que o Comitê de Política Monetária (Copom), do BC, deve elevar a Selic em 0,75 ponto percentual amanhã, na última reunião do ano — mas algumas já esperam alta de 1 ponto, o que levaria os juros dos atuais 11,25% a 12,25% ao ano.

Os indicados são:

- Nilton David, na vaga de Gabriel Galípolo (Política Monetária). Aprovado por 22 a 5;
- Izabela Correa, na vaga de Carolina de Assis Barros (Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta). Aprovada por 24 a 3.
- Gilneu Vivan, na vaga de Otávio Damaso (Regulação). Aprovado por 23 a 4.

Gabriel Galípolo, atual diretor de Política Monetária, já foi aprovado pelo Senado para assumir a presidência do BC no lugar de Roberto Campos Neto, que deixa o cargo no dia 31 de dezembro deste ano. Na mesma data, se encerram os mandatos de Damaso e Carolina Barros.

Caso as indicações sejam aprovadas pelo plenário ainda neste ano, os indicados passarão a exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil a partir de 1º de janeiro de 2025.

Durante a sabatina, houve insistência de alguns senadores sobre os efeitos da política fiscal sobre a atuação do BC. Desde a apresentação do pacote de contenção de gastos pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, o mau humor tomou conta do mercado financeiro, o que levou o dólar a romper a marca histórica de R\$ 6 — o que tem impacto inflacionário.

Questionado sobre o assunto, Nilton David afirmou que não cabe ao BC comentar a política fiscal, mas refutou que o país esteja próximo de uma situação de dominância fiscal - estado da economia em que o aumento de juros perde efeito para controlar a inflação diante de uma dívida pública fora de controle.

— Eu tenho convicção que não estamos próximos da dominância fiscal. Não estamos. Não enxergo nada objetivo e claro que me indique isso --- disse.

Segundo ele, o assunto está sendo debatido no mundo inteiro após o aumento do endividamento público com a pandemia de Covid-19. David ainda argumentou que dada a força da economia brasileira atualmente a inflação deveria estar mais alta, o que mostra que a política monetária tem sido efetiva em conter os preços.



— O que eu vejo dos dados da economia é que o surpreendente nível de atividade não é condizente com o nível de inflação que a gente está vendo. Dadas as premissas, a atividade deveria ter gerado inflação ainda maior do que a gente viu. O que prova que a política monetária, sim, cumpriu um papel de manter, conter pelo menos um spike, um aumento ainda maior da inflação.

Nilton David ainda assegurou o compromisso integral com as missões do BC: estabilidade de preços, estabilidade e eficiência do sistema financeiro e suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o perigo do emprego.

— Excelentíssimas senadoras e excelentíssimos senadores, senhoras e senhores aqui presentes, tenho a certeza do meu compromisso integral ao cumprimento desses objetivos.

Izabela Correa disse ter competências e habilidades necessárias para contribuir com o controle da inflação.

— O Comitê de Política Monetária tem, nesse sentido, adotado as medidas necessárias e reiterado seu firme compromisso para a convergência da inflação às metas declarou Izabela.

Gilneu Vivan afirmou que o ambiente externo é "desafiador" e que é necessário enfrentar os impactos inflacionários no mercado interno.

— O Comitê de Política Monetária, em sua comunicação, tem enfatizado seu firme compromisso com a convergência da inflação à meta. As decisões que tomarei, se tiver a honra de ser aprovado por essa missão, serão seguidas por um bom trabalho daquele que me antecedia — disse Gilneu.

Processo

Os escolhidos iniciaram na semana passada o tradicional "beija-mão" no Senado. É quando os candidatos visitam os senadores para angariar votos para aprovação.

O presidente da CAE, senador Vanderlan Cardoso, não via vetos ou problemas em relação aos nomes, mas temia uma "mudança de humor" em meio ao impasse sobre o pagamento de emendas.

— Eu creio que não vai ter problema. Mas tem que resolver esses assuntos até lá. Porque o humor pode mudar de uma hora para outra por causa das questões das emendas.

Nesse contexto, a expectativa já era de que a sabatina tivesse um clima mais tenso do que a avaliação do nome de Gabriel Galípolo para presidência do BC, realizada em outubro. Como de costume, os três indicados foram bem recebidos nas conversas nos corredores do Congresso, mas o temor era de que a sessão na CAE seja usada pelos parlamentares para mandar recados para o governo.

Na sabatina de Galípolo à presidência em outubro, ele recebeu muitos elogios, inclusive da oposição, e teve o aval de todos os 26 senadores presentes no colegiado. Agora, mesmo o BC espera que os três indicados devem ouvir perguntas mais duras, principalmente sobre o aumento da taxa Selic, a disparada do dólar e a autonomia do BC. Além disso, são esperados alguns votos contrários, longe de ameaçar, contudo, a aprovação dos nomes.

Se os três novos indicados forem aprovados, o governo Lula passará a ter indicado a maioria entre os membros da diretoria do Comitê de Política Monetária (Copom). A mesa é composta por nove diretores e sete deles terão sido indicados pelo presidente Lula.

A diretoria do Copom é responsável por definir a taxa Selic, a taxa básica de juros da economia brasileira. A cada 45 dias os membros se reúnem para votar se mantém, abaixa ou aumenta a taxa de juros. O patamar da Selic, atualmente em 11,25% ao ano, é alvo de reclamação do governo.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/12/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

ANÁLISE - INFLAÇÃO JÁ ESTOURA O TETO EM 10 CAPITAIS, CARNES DISPARAM 15% E BC TERÁ DE DAR CHOQUE DE JUROS

Piora da inflação corrente se soma à piora das expectativas, com aumento das projeções até para o ano de 2027, segundo o Boletim Focus do Banco Central

Por Alvaro Gribel

A inflação continua soltando fumaça, de acordo com os dados de novembro divulgados nesta terça-feira, 10, pelo IBGE. À primeira vista, a queda da taxa em novembro, na comparação com outubro, de 0,56% para 0,39%, pode dar a impressão equivocada de que o quadro melhorou. O problema é que o índice é maior do que o do mesmo mês do ano passado - a melhor forma de comparar os números - e isso fez com que a taxa em 12 meses acelerasse novamente, de 4,76% para 4,87%.

Como a meta de inflação é de 3%, com teto máximo de 4,5%, o Banco Central não terá alternativa a não subir novamente a taxa Selic na reunião que termina nesta quarta-feira, 11. Essa piora da inflação corrente se soma à piora das expectativas. Na segunda-feira, 9, o Boletim Focus, que coleta projeções do mercado financeiro, elevou de 4,4% para 4,59% a estimativa de inflação para o ano que vem. As elevações também ocorreram para os anos de 2026 e atingiram até 2027, que subiram de 3,5% para 3,59%, se distanciando do centro da meta. Ou seja, olhando para a frente, o quadro está muito mais nebuloso.

A disparada do dólar este ano, em parte pelo cenário externo com a eleição de Donald Trump nos EUA, em parte pelo risco fiscal brasileiro, já que o governo não está conseguindo passar confiança de que irá controlar o aumento da dívida, explica um pedaço desse aumento dos preços.

Os economistas, explica Luis Otávio Leal, do G5 Partners, têm uma regra de bolso para medir o impacto do dólar na inflação. Para cada 10% de alta da moeda americana, o nosso IPCA sobe em torno de 0,4 ponto percentual. Como o aumento chega a 25% em 2024, estima-se um ponto a mais de inflação por influência do câmbio.

A inflação de serviços sobe 4,71% e é uma das que mais preocupam. Como está diretamente ligada ao mercado de trabalho, a sua queda implica o pior dos cenários, que é uma desaceleração do nível de atividade, com piora nos índices de emprego.

Outro ponto de preocupação é a inflação de alimentos e bebidas, que sobe 7,63% nos últimos 12 meses. As carnes, por exemplo, dispararam 15,43%, na mesma forma de comparação. A picanha saiu de uma deflação de 11,35% em abril para um alta de 7,8% em novembro. Se por um lado esses itens são mais voláteis, com altas e quedas acentuadas, por outro, haverá aumento da insatisfação contra o governo, já que eles são essenciais na cesta de compra dos brasileiros, que sentirão os efeitos no bolso.

Das 16 capitais pesquisadas pelo IBGE, 10 já estão com a inflação acima do teto de 4,5%: Rio Branco (5,3%), Campo Grande (5,06%), Belo Horizonte (6,54%), Rio de Janeiro (4,76%), Belém (4,8%), Fortaleza (5,1%), Goiânia (5,18%), São Paulo (5,04%), São Luís (6,22%), e Salvador (4,62%). O aumento dos preços é espalhado pelo País.

A frustração no pacote fiscal apresentado pelo governo no final de novembro elevou o dólar, que está acima de R\$ 6,00. Sem que o governo consiga recuperar a confiança, o trabalho de trazer a inflação para a meta recairá exclusivamente sobre o Banco Central, que será forçado a dar um choque nos juros para evitar a disparada dos preços. Caberá a Lula e ao PT entender a gravidade do cenário e promover uma guinada forte e rápida na rota da política econômica.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 10/12/2024

‘AJUSTES MENORES’ NO BPC PODEM SER FEITOS PARA DESTRAVAR PACOTE FISCAL, DIZ Nº 2 DE HADDAD

Dario Durigan, secretário-executivo do Ministério da Fazenda, afirma, porém, que impacto fiscal do pacote deve ser mantido
Por Giordanna Neves (Broadcast)

BRASÍLIA – O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou nesta terça-feira, 10, que podem ser feitos ajustes menores na proposta de alteração nas regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para destravar a votação das medidas de corte de gastos no Congresso, como mostrou o Estadão, mas preservando o impacto fiscal do pacote.

“Ontem eu tive uma conversa com a bancada do PT em que ouvimos as preocupações quanto ao BPC, mas ao mesmo tempo ouvimos ali um bom consenso de que é o momento de fazer esses ajustes, de votar essas medidas. A preocupação é legítima”, disse Durigan a jornalistas, após almoço na Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE).



Brasília (DF), 04/06/2024 - O ministro interino da Fazenda, Dario Durigan, durante entrevista coletiva para detalhar as medidas compensatórias da desoneração da folha de pagamento. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Como revelou o Estadão na semana passada, parlamentares resistem a mexer no BPC, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. O pacote aumenta os critérios para calcular a renda das famílias e proíbe a retirada de rendas não previstas em lei. Na prática, isso pode fazer com que pessoas não tenham mais direito ao benefício por ultrapassar a renda de um quarto do salário mínimo.

O secretário menciona que há uma preocupação da bancada do PT sobre o BPC, que o Ministério da Fazenda “entendeu e vai internalizar”. “Dependendo de como for, talvez seja possível fazer um ajuste ou outro menor para que destravemos a votação.”

Ele evitou dizer quais ajustes poderiam ser feitos, mas garantiu que são mudanças que podem preservar a lógica do BPC, mantendo o impacto fiscal do pacote e corrigindo, eventualmente, algum conceito ou alguma imprecisão que tenha gerado incômodo, como o conceito de “família”.

“Como a nossa intenção é rever e ter um controle mais nessas políticas, se de fato tiver um medo de perda de direitos, podemos rever, acho que não tem problema”, disse.

Emendas

Durigan afirmou nesta terça-feira, 12, que há uma previsão de que sejam publicados ainda hoje um parecer e uma portaria com orientações para a execução das emendas parlamentares.

Como mostrou o Estadão, a decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), mantendo algumas exigências para a liberação de emendas parlamentares, bem como a falta de pagamento de recursos de interesse dos congressistas, ameaça a votação do pacote de corte de gastos na Câmara, aumentando o risco de as medidas não serem aprovadas neste ano.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o governo federal vai publicar uma portaria permitindo o pagamento de R\$ 6,4 bilhões em emendas parlamentares este ano.

Ontem, segundo Durigan, a equipe jurídica do governo passou o dia analisando a decisão do STF para repassar aos parlamentares e às áreas operacionais a interpretação sobre a liberação dos recursos.

“Nós estamos só com uma questão de timing. O timing está apertado, nós estamos correndo com definições no mesmo dia. A decisão foi de ontem. Tivemos uma série de conversas para esclarecer. Vai ter um parecer da Advocacia Geral da União (AGU) cumprindo essa força executória, indicando para as áreas operacionais o que pode ser feito. E, ao mesmo tempo, outros atos normativos e infralegais que vão operacionalizar o acordo que foi travado”, disse.

Ele voltou a destacar a necessidade de aprovar ainda este ano o pacote de ajuste fiscal para que, em 2025, o governo já possa colher um orçamento com menor pressão sobre os gastos discricionários (não obrigatórios, como investimentos).

Após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para resolver o impasse em torno das emendas parlamentares, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou a líderes de que pode destravar a tramitação do pacote. O alagoano aguarda, no entanto, a confirmação de que o Executivo resolverá, de fato, a insatisfação do Parlamento em relação à execução das emendas.

Líderes ouvidos pela reportagem disseram que Lira não cravou uma data para votação, mas ao menos sinalizou que pode indicar “nos próximos dias ou horas” os relatores dos dois projetos do pacote de gastos que tramitam na Câmara. Estas nomeações, juntamente com o parecer e a portaria que serão publicadas pelo governo para destravar a execução das emendas, começam a melhorar o ambiente na Casa, na avaliação dos parlamentares.

Imposto de Renda

Dario Durigan afirmou que a previsão é de que o governo envie ainda este ano o projeto de lei da reforma da renda. Ele disse que o texto foi elaborado pela Fazenda e já está pronto.

Durigan voltou a dizer que a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil será feita com medidas compensatórias. A parte difícil, segundo ele, é ter a tributação dos mais ricos, a revisão de alguns proventos e aposentadorias que estão em um nível mais elevado.

“A Fazenda levantou esse projeto (da renda) tentando viabilizar ou estudando quais as formas de viabilizar a isenção dos R\$ 5 mil com compensação. A Fazenda não fez esse trabalho durante esses dois anos, indo ao Supremo, discutindo com o Congresso, revisão de benefícios tributários, para abrir mão de receita, e uma receita nesse patamar”, afirmou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/12/2024



VALOR ECONÔMICO (SP)

CNPE CRIA COMITÊ PARA COORDENAR A REGULAMENTAÇÃO DO COMBUSTÍVEL DO FUTURO

Delegação deve garantir “agilidade, transparência e legitimidade aos trabalhos” relacionados à regulamentação da nova legislação, explicou o Ministério de Minas e Energia

Por Rafael Bitencourt, Valor — Brasília

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou nesta terça-feira (10) a criação do comitê técnico para articular o trabalho de regulamentação de diferentes mecanismos da Lei do Combustível do Futuro (14.993/24).



Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira — Foto: Bloomberg

De acordo com o Ministério de Minas e Energia, o Comitê Técnico Permanente Combustível do Futuro (CTP-CF) deve garantir “agilidade, transparência e legitimidade aos trabalhos” relacionados à regulamentação da nova legislação.

Ainda segundo o ministério, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, destacou, durante a reunião, que o comitê cumprirá um papel importante para implementar programas

nacionais de diesel verde, de combustível sustentável para aviação e de biometano, além de aumentar a mistura de etanol e de biodiesel à gasolina e ao diesel.

Na avaliação do governo, a lei do Combustível do Futuro estabelece a captura e a estocagem de carbono e destrava recursos que somam R\$ 1 trilhão nos próximos dez anos.

“O comitê reunirá especialistas e instituições estratégicas para garantir que a regulamentação da Lei do Combustível do Futuro seja ágil, transparente e conectada às necessidades do Brasil e do mundo. A lei traz uma série de iniciativas para promover a mobilidade sustentável de baixo carbono, estamos traçando um caminho sólido para consolidar o Brasil como referência global em energia sustentável, promovendo crescimento econômico, inovação tecnológica e responsabilidade socioambiental”, afirmou o ministro, segundo nota divulgada pelo ministério.

O Ministério de Minas e Energia assumirá a coordenação do novo comitê. O colegiado será composto por representantes da Casa Civil, dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ciência, Tecnologia e Inovação; Fazenda; Relações Exteriores; Portos e Aeroportos, Meio Ambiente e Mudança do Clima; Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; e Transportes, além da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e Advocacia-Geral da União (AGU).

Entre os temas a serem regulamentados após a sanção da Lei do Combustível do Futuro estão a fixação dos valores de Intensidade de Carbono do Energético (ICE) e a participação dos combustíveis líquidos ou gasosos ou da energia elétrica, relacionada ao Programa Mover, além da implementação dos mandatos de descarbonização por meio do uso do combustível sustentável de avião (SAF) e do biometano.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 10/12/2024

EXPORTAÇÕES DA CHINA PARA EUA SOBEM ANTES DE AUMENTO DE TARIFAS

Exportações aumentaram quase 7% para US\$ 312 bilhões em novembro em relação ao ano anterior
Por Bloomberg



Exportações; China-EUA — Foto: Steve Helber / Associated Press

Empresas na China, que correm para enviar produtos aos EUA antes da imposição de novas tarifas, acabaram impulsionando suas exportações em novembro. Enquanto isso, as importações caíram inesperadamente em outro sinal de fraqueza contínua na economia doméstica.

As exportações aumentaram quase 7% para US\$ 312 bilhões

em novembro em relação ao ano anterior, informou a administração alfandegária na terça-feira. Os embarques para os EUA atingiram o nível mais alto desde setembro de 2022, enquanto as exportações para o Sudeste Asiático dispararam para um recorde, provavelmente porque as empresas chinesas visam processar mercadorias nesses países e enviá-las para os EUA antes de 20 de janeiro, quando Donald Trump retorna à Casa Branca.

As exportações também estão sendo favorecidas pelas empresas chinesas que recorrem a mercados externos para compensar a fraca demanda doméstica. Embora suas vendas robustas tenham sido um ponto positivo para a economia, isso também levou países a aumentar ou considerar barreiras comerciais contra o influxo de produtos chineses.

A economia da China tem se apoiado na manufatura e nas exportações neste ano, com a demanda doméstica permanecendo fraca devido à crise imobiliária e à pouca confiança dos consumidores. A maior parte do estímulo governamental tem se concentrado em produtores e infraestrutura, especialmente em setores como veículos elétricos, energia solar e baterias.

Com o retorno de Trump e sua ameaça de impor tarifas adicionais de 10% sobre produtos chineses, economistas estão pedindo a Pequim que adote políticas mais focadas no consumidor. Na segunda-feira, os principais líderes fizeram sua promessa mais forte em anos de reviver o crescimento, comprometendo-se com políticas fiscais e monetárias “mais proativas” no próximo ano para expandir a demanda interna e aumentar o consumo.

A queda inesperada nas importações mostra o quanto está fraca a demanda chinesa, com queda de quase 4%, a maior contração desde fevereiro, quando o país comemorava o feriado do Ano Novo Lunar.

“Daqui para a frente, a antecipação dos importadores dos EUA, com as expectativas de aumento das tarifas sobre produtos chineses, pode manter as exportações dinâmicas nos próximos meses — um padrão já visto antes da primeira onda de tarifas durante o primeiro mandato de Donald Trump como presidente, disse Eric Zhu, economista da Bloomberg Economics. Zhu acrescentou que a economia precisará desse suporte — a queda maior que o esperado nas importações em novembro sugere que a demanda doméstica ainda não respondeu aos estímulos mais fortes.”

Dada a fragilidade da demanda doméstica, como visto nas importações e nos recentes dados de inflação, “o mercado está aguardando ansiosamente detalhes sobre o que exatamente o governo fará”, disse Zhiwei Zhang, economista-chefe da Pinpoint Asset Management.

O índice CSI 300 subiu até 3,3% com a promessa de estímulos de Pequim antes de reduzir os ganhos. Os rendimentos dos títulos soberanos da China caíram para uma baixa recorde.

O superávit comercial da China alcançou US\$ 97,4 bilhões em novembro, o segundo maior já registrado. Até agora este ano, o país acumulou um superávit comercial de US\$ 327 bilhões com os EUA, um número que provavelmente crescerá nos próximos meses antes da imposição das tarifas.

Nos últimos meses, o volume das exportações aumentou mais rapidamente do que seu valor, refletindo cortes de preços pelas empresas, tanto em casa quanto no exterior. Os preços na porta das fábricas caíram em novembro pelo 26º mês consecutivo, apesar das tentativas do governo nos últimos meses de estabilizar a economia e estimular a demanda.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 10/12/2024

COMISSÃO DO SENADO APROVA MARCO DA EÓLICA OFFSHORE COM ‘JABUTIS’ QUE AUMENTAM A TARIFA

A nova legislação é aguardada pelo mercado, porém o texto foi criticado pela inserção de emendas parlamentares que implicarão em um aumento na conta de luz

Por Rafael Bitencourt e Caetano Tonet, Valor — Brasília



— Foto: Norbert Pietsch/Pixabay

A Comissão de Infraestrutura do Senado aprovou nesta terça-feira (10) a proposta de marco legal das usinas eólicas offshore (em plataformas marítimas), o Projeto de Lei 576/21.

A nova legislação é aguardada pelo mercado com a expectativa de aproveitar o potencial de geração disponível no país. O texto, porém, é criticado devido à inserção de emendas parlamentares com a previsão de aumentar a conta de luz por meio de subsídios a segmentos específicos.

O PL 576/21 foi aprovado em votação simbólica na comissão com os acréscimos estranhos à proposta original, os chamados de “jabutis”. O texto, relatado pelo senador Weverton (PDT-MA), segue para apreciação em plenário da Casa. Se aprovado, a matéria retornará à Câmara dos Deputados.

Consultoria especializada do setor, a PSR, estimou que os consumidores de energia podem ser onerados em R\$ 25 bilhões por ano até 2050, com alta de 11% na conta de luz. O cálculo considera a versão aprovada pela Câmara no fim do ano passado, que já contava com boa parte dos atuais jabutis.

As despesas que podem ser criadas pelo marco da eólica offshore são resultado da movimentação de segmentos empresariais dentro do Congresso. Os jabutis garantem maior prazo para donos de projetos de energia renovável acessarem subsídios com prazo de acesso esgotado; ampliam benefícios criticados desde a aprovação da lei de privatização da Eletrobras, que impuseram a contratação de termelétricas e pequenas hidrelétricas (PCHs), prorrogam prazo de operação de térmicas a carvão até 2050, além de ampliarem subsídios oferecidos a projetos de geração distribuída (GD).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 10/12/2024



AGÊNCIA BRASIL - DF

COPOM INICIA ÚLTIMA REUNIÃO SOB COMANDO DE CAMPOS NETO

Taxa Selic, em 11,25% ao ano, deve subir 0,75 ponto

Por Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil



Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil/Arquivo© Marcello Casal Jr/Agência Brasil/Arquivo
Versão em áudio

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) inicia nesta terça-feira (10) a última reunião sob o comando do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Com o agravamento da alta do dólar e a subida de preço dos alimentos, a diretoria do BC decidirá em quanto elevará a taxa básica de juros, a Selic.

Esta será a terceira elevação consecutiva da Selic. Segundo a edição mais recente do boletim Focus, pesquisa semanal com analistas de mercado, a taxa básica deve subir 0,75 ponto percentual nesta reunião, para 12% ao ano.

No comunicado da última reunião, no início de novembro, o Copom informou que a incerteza nos Estados Unidos se ampliou. Sem citar diretamente a eleição do ex-presidente Donald Trump, o texto mencionou “a conjuntura econômica incerta nos Estados Unidos, o que suscita maiores dúvidas sobre os ritmos da desaceleração, da desinflação e, conseqüentemente, sobre a postura do Fed [Federal Reserve, Banco Central norte-americano]”. Em relação ao cenário doméstico, o Copom informou que está acompanhando a política fiscal e cobrou ajustes dos gastos públicos.

Nesta quarta-feira (11), ao fim do dia, o Copom anunciará a decisão. Após passar um ano em 13,75% ao ano entre agosto de 2021 e agosto de 2022, a taxa teve seis cortes de 0,5 ponto e um corte de 0,25 ponto, entre agosto do ano passado e maio deste ano. Nas reuniões, de junho e julho, o Copom decidiu manter a taxa em 10,5% ao ano, no menor nível desde fevereiro de 2022, mas começou a elevar a Selic em julho deste ano.

Inflação

Na ata da reunião mais recente, o Copom alertou para o prolongamento do ciclo de alta da Taxa Selic. O órgão informou que o cenário econômico exige uma política monetária contracionista e não descartou um aumento no ritmo de alta dos juros. Os membros do colegiado afirmaram que todos concordaram em iniciar o ciclo de alta de forma gradual, principalmente pelo contexto de incertezas domésticas e externas.

Segundo o último boletim Focus, a estimativa de inflação para 2024 subiu de 4,71% há quatro semanas para 4,84%. Isso representa inflação acima do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3% para este ano, podendo chegar a 4,5% por causa do intervalo de tolerância de 1,5 ponto.

Taxa Selic

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas da economia. Ela é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. O BC atua diariamente por meio de operações de mercado aberto – comprando e vendendo títulos públicos federais – para manter a taxa de juros próxima do valor definido na reunião.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Ao reduzir a Selic, a tendência é de que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica.

O Copom reúne-se a cada 45 dias. No primeiro dia do encontro, são feitas apresentações técnicas sobre a evolução e as perspectivas das economias brasileira e mundial e o comportamento do mercado financeiro. No segundo dia, os membros do Copom, formado pela diretoria do BC, analisam as possibilidades e definem a Selic.

Meta

Para 2024, a meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior é 4,5%. Para 2025 e 2026, as metas também são de 3% para os dois anos, com o mesmo intervalo de tolerância.

No último Relatório de Inflação, divulgado no fim de setembro pelo Banco Central, a autoridade monetária manteve a previsão de que o IPCA termine 2024 em 4,31%, mas a estimativa foi divulgada antes da alta recente do dólar e do impacto da seca. O próximo relatório será divulgado no fim de dezembro.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 10/12/2024

PEC DO BNDES: ENTIDADES REAGEM E DEPUTADO DEFENDE MEDIDA. ENTENDA A POLÊMICA

Proposta de Emenda à Constituição que estabelece competência ao Congresso Nacional para autorizar operações de crédito por instituições financeiras controladas pela União atinge BNDES e outros bancos estatais

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Se for aprovada em plenário, a PEC vai dar poder ao Congresso Nacional para autorizar operações de crédito por instituições financeiras controladas pela União, sempre que o objeto da operação vier a ser executado fora do País. Foto: Miguel Angelo/BNDES

Aprovada por 31 votos a favor e 27 contra na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 3/2023 vem gerando reações no meio empresarial. Entidades de classe se manifestaram contrárias à proposta apresentada pelos deputados Mendonça Filho (União-PE), Sóstenes Cavalcante (PL/RJ), Silvyne Alves (União-GO) e outros que estabelece a competência do Congresso Nacional para autorizar operações de crédito de instituições financeiras controladas pela União. Batizada de “PEC do BNDES”, a proposta ainda será analisada por uma comissão especial antes de seguir para votação no plenário.

O diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, José Luís Gordon, afirma que a medida é o oposto do que o governo federal deseja realizar no momento atual. Segundo ele, mecanismos diferenciados deveriam ser pensados e colocados em prática, a fim de desburocratizar as atividades do segmento empresarial.

“A PEC 3/2023 é uma proposta que coloca mais intervenção do Estado para cima do setor empresarial. Ela é contra a liberdade e competitividade do setor empresarial. Além disso, cria mais burocracias e contra a liberdade do setor financeiro. É contramão de tudo aquilo que o governo está buscando implementar – que é uma política industrial que tenha um setor mais exportador, que ganhe mercado e gere emprego e renda no Brasil, que fortaleça as cadeias produtivas no país”, explica Gordon ao Movimento Econômico.

Já o diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Lucchesi, diz que a PEC pode inviabilizar o financiamento à exportação, dificultando a inserção do exportador brasileiro. “A etapa de avaliação, pelo Congresso Nacional, burocratiza desnecessariamente a política pública de concessão de crédito e pode torná-la inviável em decorrência do aumento de prazo, insegurança jurídica e redução da competitividade das empresas brasileiras frente aos concorrentes estrangeiros”, explica, por meio de nota.

Setor empresarial reage à PEC 3/2023

Diversas entidades empresariais e sindicatos do país estão se manifestando em relação à aprovação. A Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) classificou a proposta como “injustificável”, destacando que a PEC burocratiza ainda mais as operações do BNDES, que já são submetidas a uma rigorosa análise por órgãos como o Banco Central, TCU e MPF.

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) argumentou que a medida pode impactar negativamente a competitividade da indústria brasileira, além de burocratizar as exportações e favorecer os competidores internacionais. “Essa proposta segue o caminho oposto ao da competitividade das exportações brasileiras. O financiamento por parte do BNDES é fundamental na concorrência com empresas estrangeiras, fortemente financiadas por bancos públicos dos seus países de origem”, diz trecho da nota.

O Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – Infraestrutura (Sinicon) manifestou “profunda preocupação” com a aprovação da medida, que seria “um ataque direto ao programa de crédito à exportação, fundamental para o fomento, bem como apoio à exportação de bens e serviços nacionais”. A entidade informou que a medida representa um retrocesso para o desenvolvimento nacional, dificultando, assim, o apoio à exportação de bens e serviços.

A Associação Brasileira de Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) foi uma das mais críticas à proposta, afirmando, em nota, que a PEC é um “poder de intervenção considerado inconstitucional e abusivo”, destacando que o financiamento internacional é uma prática comum entre os países, essencial para a participação competitiva das empresas. Segundo a Abimaq, não seria necessária a intervenção do Poder Legislativo.

Nesse panorama, o diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, José Luís Gordon, afirma que mecanismos diferenciados deveriam ser pensados e colocados em prática a fim de desburocratizar as atividades do segmento empresarial. “Ao invés de melhorar e criar novos mecanismos, nós estamos criando mecanismos que geram mais impedância para o processo de financiamento e exportação do setor. Então, deveríamos pensar em mecanismos diferenciados, como por exemplo o PL 5719/23, que está no Congresso Nacional, que foi enviado pelo governo federal para poder criar o novo marco de exportação a serviço e estimular mais a exportação”, explica.

O diretor do BNDES ainda comenta que é fundamental que a discussão para a exportação do serviço se dê no âmbito do PEC, para que haja um aumento do apoio à exportação. Contudo, segundo ele, a aprovação da proposta de Mendonça Filho não é a ideal para tal feito. “O Congresso Nacional tem total liberdade para fazer as discussões que tem que fazer, mas a gente acredita que essa PEC que não tem em lugar nenhum no mundo, é uma PEC que aumenta o intervencionismo estatal”.

Mendonça Filho rebate diretor do BNDES

Em resposta às afirmações de José Luís Gordon, o deputado federal pernambucano e um dos autores da PEC do BNDES, Mendonça Filho, rebateu o ponto de vista do diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, alegando que “a interpretação dada por Gordon manipula a verdade e é inverídica”.

“A PEC não afeta as empresas exportadoras brasileiras. O setor produtivo nacional não será afetado pela PEC 03 do BNDES. Uma indústria que exporta para o exterior, a operação dela é no Brasil. O texto da PEC é claro e dá ao Congresso a prerrogativa de: ‘autorizar a realização de operações de crédito por instituições financeiras, controladas pela União, sempre que o objeto da operação vier a ser executado fora do país’”, disse Mendonça ao Movimento Econômico.

O autor da proposta ainda afirma que a medida é importante para o Brasil, uma vez que vai impedir desvios do dinheiro público, com um maior controle em operações de crédito pelo BNDES ou outras instituições controladas pela União.

“A PEC 3/2023 é a favor do Brasil, da transparência, da seriedade com o uso dos recursos públicos e propõe uma corresponsabilidade do Congresso Nacional, o que é legítimo. Quando tratamos de interesse entre países, o Brasil já avalia todos os acordos e tratados internacionais passando pelo Parlamento, Câmara e Senado”, finaliza.

Linha do tempo da PEC 3/2023

Em 8 de março de 2023, a proposta foi apresentada pelo deputado Mendonça Filho e outros parlamentares visando acrescentar ao artigo 49 da Constituição o inciso XVIII, que estabelece a competência do Congresso Nacional para autorizar operações de crédito de instituições financeiras controladas pela União. Na última quarta-feira (4), a CCJC aprovou a PEC por 31 votos a 27. Entre os votos contrários, destacaram-se críticas à interferência em decisões técnicas do BNDES.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 10/12/2024

MAIS DE 41% DOS RESÍDUOS URBANOS TIVERAM DESTINAÇÃO INADEQUADA EM 2023

Lixões receberam 35% do total de RSUs gerados no país no ano passado

Por Fabíola Sinimbú - Repórter da Agência Brasil



Lixão em Roraima © Arquivo/Maira Heinen/Rádio Nacional

Apenas 58,5% dos resíduos sólidos urbanos gerados em 2023 foram encaminhados para destinação ambientalmente adequada, aponta o Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2024, divulgado nesta segunda-feira (9) pela Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema). De acordo com o estudo, 41,5% do que foi descartado pelos brasileiros e encaminhado para disposição final tiveram destinação

inadequada, como os lixões, que receberam 35,5% dos resíduos gerados no país.

O relatório com os dados divulgados chama a atenção para o não cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída em 2018 pela Lei 12.303, que estabelecia o ano de 2024 como prazo final para o encerramento definitivo dos lixões no país.

“Além de apresentar riscos ao meio ambiente equilibrado e à saúde pública, esse cenário revela que o gerenciamento de resíduos no Brasil ainda está distante de atender as diretrizes determinadas pela PNRS”, destaca o documento, que aponta ainda avanço em relação ao ano de 2022, quando o percentual de destinação adequada foi de 57%. “Essa redução sugere um avanço pequeno, porém positivo, no gerenciamento de RSU [resíduo sólido urbano] no país, com um aumento da fração de resíduos que é encaminhada para outros processos e disposição final ambientalmente adequada”, ressalta o relatório.

Geração

De acordo com a estimativa apresentada no panorama, em 2023, o brasileiro gerou, em média, 1,047 quilos de resíduos sólidos urbanos por dia, o que leva a uma geração equivalente a mais de 221 mil toneladas de resíduos e de 81 milhões de toneladas ao longo do ano, em todo o país.

A região brasileira responsável pelo maior volume de resíduo sólido urbano é o Sudeste, que gerou no ano passado quase 40 milhões de toneladas, representando 49,3% do total gerado no país. A Região Norte foi a que menos gerou resíduos, tendo sido responsável por 7,5% do total no país, com produção de 16,5 mil toneladas diárias e pouco mais de 6 milhões de toneladas em todo ano. Em números absolutos, o Centro-Oeste foi responsável por 7,7%, a Região Sul, por 10,8%, e o Nordeste, por 24,7% do total de resíduos sólidos urbanos do país.

Ao todo, foram coletadas 75,6 milhões de toneladas do resíduo gerado no país em 2023, o que representa 93,4%, cabendo aos serviços públicos o recolhimento de cerca de 71,1 milhões de toneladas, a partir da coleta porta a porta, em pontos de entrega, da parceria com associações de catadores e cooperativas, o equivalente a 87,8% do que foi gerado. E 4,5 milhões de toneladas, 5,6%, foram coletadas pela atividade informal de mais de 700 mil catadores autônomos.

Não foram coletados 6,6%, sendo que cerca de 5,7% dos resíduos gerados no país em 2023, aproximadamente 4,6 milhões de toneladas, foram queimados a céu aberto na propriedade em que tiveram origem.

Reciclagem

Do total de material descartado que recebe destinação ambientalmente adequada, 8% dos resíduos secos são encaminhados para a reciclagem. São mais de 6,7 milhões de toneladas, que em 2023 foram avaliados para serem reinseridos na cadeia produtiva, sendo que a maior parte desse encaminhamento, 67,2% foi realizada por coletores informais e apenas 32,8% pelos serviços públicos de coleta, associações e cooperativas.

No ano passado, 0,4% dos resíduos sólidos urbanos gerados no país foram encaminhados aos pátios ou usinas de compostagem do país, o que equivale a cerca de 300 mil toneladas, das quais, após triagem e processo de compostagem, resultaram na produção de 85,5 mil toneladas de composto orgânico.

Também foram recebidas 144,2 mil toneladas de RSU nas unidades de preparo de combustível derivado de resíduos urbanos do Brasil, menos de 0,2% do total gerado, que resultou no uso de 47,6 mil toneladas para produção de energia térmica em fornos industriais, como alternativa aos combustíveis fósseis.

Despesas

De acordo com o estudo, no último ano, os municípios brasileiros gastaram R\$ 34,7 bilhões com gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos. As despesas incluem serviços como varrição de vias, limpeza de áreas públicas, coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos e rejeitos. Quando as despesas incluem gastos privados o valor total sobe para R\$ 37 bilhões, o que corresponde a um incremento de 9,4% em relação aos gastos públicos e privados para o setor, em 2022.

O setor de gestão de resíduos sólidos urbanos também empregou 386 mil pessoas no ano passado, sendo a maioria, 93%, nas atividades finalísticas, como varrição, capina, roçada, ou nas unidades de processamento e 7% em cargos administrativos.

“A análise objetiva desses dados indica quais soluções terão maior impacto no gerenciamento de RSU e quais devem ser priorizadas – e onde. Essa análise também permite estimar os custos e investimentos necessários para que as soluções escolhidas sejam implementadas e tenham continuidade”, conclui o relatório.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 10/12/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE GÁS É VITAL PARA PROJETO SEAP, DIZ MAGDA

Por Danilo Oliveira Offshore 10/12/2024 - 16:26



No final de novembro, Petrobras lançou novo edital para contratação de até dois FPSOs para projeto em águas profundas em Sergipe

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou que, sem o desenvolvimento do mercado de gás, o projeto Sergipe Águas Profundas (Seap) fica comprometido. Ela considera que a realidade do negócio demanda um esforço legislativo para

aprovar a legislação que viabilize a implantação do sistema de produção, considerado importante para a região Nordeste. Magda defendeu, nesta terça-feira (10), que somente a produção de petróleo e do gás vai permitir a geração de recursos e a demanda por novas plataformas.

No último dia 29 de novembro, a Petrobras lançou um novo edital para a contratação de FPSO e prestação de serviços de pré-operação, operação e manutenção, na modalidade BOT, para Seap 2, em águas profundas na região Nordeste. A licitação prevê ainda a opção de fornecimento de um FPSO adicional (Seap I). A modelagem começa pela Seap II e prevê a opção do fornecedor de entregar uma outra unidade similar (Seap 1), uma com conteúdo local de 40% e outra de 30%. A abertura das propostas está prevista para o dia 16 de junho de 2025.

Cada unidade vai processar 120 mil barris de petróleo por dia e até 12 milhões de metros cúbicos de gás. “Preveremos licitação de unidade (Seap 2) com previsão de operação até 2030”, contou Magda, durante evento ‘FPSO Supply Connections Brazil Offshore Energy Sector’, promovido pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval) e Associação Brasileira das Empresas de Economia do Mar (Abeemar), no Rio de Janeiro (RJ). Ela acredita que essa operação possa ocorrer antes de 2030, mas ainda não é possível cancelar uma data.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/12/2024

HIDROVIAS DO BRASIL ASSINA ADITIVO DE ARRENDAMENTO EM SANTOS

Por Danilo Oliveira Portos e Logística 09/12/2024 - 22:58



Terminal STS20 é destinado ao recebimento, armazenamento e expedição de sal e fertilizantes, podendo chegar a uma capacidade de até 2,5 milhões de toneladas/ano

A Hidrovias do Brasil assinou com a Secretaria Nacional de Portos o segundo termo aditivo do contrato de arrendamento de suas instalações no Porto de Santos (SP), firmado em 2020. O termo, firmado na última quinta-feira (5), prevê a expansão das áreas da balança rodoviária e do túnel do armazém T-8. O aditivo também altera o valor de arrendamento fixo proporcionalmente à nova área. O STS 20 foi arrematado pela Hidrovias do Brasil em leilão promovido em agosto de 2019.

A empresa venceu a disputa pela área com cerca de 30 mil metros quadrados no complexo portuário santista, destinada à movimentação de fertilizantes e sal, com previsão de investimento de R\$ 219,5 milhões em instalações e compra de equipamentos necessários para melhoria da operação. A Hidrovias do Brasil também possui atividade logística de transporte de grãos e fertilizantes na região norte do Brasil e hidroviário nos Rios Uruguai, Paraguai e Paraná.

O escopo inicial previa o terminal da Hidrovias do Brasil no Porto de Santos com capacidade preliminar de 1,5 milhão de toneladas de carga por ano. O STS20 é destinado ao recebimento, armazenamento e expedição de sal e fertilizantes, podendo chegar a uma capacidade de até 2,5 milhões de toneladas por ano.

No primeiro semestre, a Hidrovias do Brasil e a Rumo, concessionária de ferrovias, iniciaram parceria para uma logística integrada, em projeto para o transporte de fertilizantes em Santos (SP). A operação prevê o transporte de fertilizantes na margem direita do Porto de Santos, integrando o terminal portuário STS20, operado pela Hidrovias do Brasil, ao transporte ferroviário. Ao todo, espera-se um volume anual aproximado de 500 mil toneladas de fertilizantes, com uma média de 20 vagões por dia.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/12/2024

SUBSIDIÁRIA DA MSC ADQUIRE 12% DO CAPITAL DA WILSON SONS

Por Danilo Oliveira Portos e logística 09/12/2024 - 22:27



Transação da SAS faz parte da operação de compra de 56,47% da participação da controladora da empresa brasileira, anunciada em outubro e que depende de aprovações dos órgãos de controle

A Wilson Sons informou seus acionistas e o mercado sobre três movimentos relevantes envolvendo as ações da companhia nos últimos dias. Quinta-feira passada (5), a empresa brasileira comunicou que a SAS Shipping Agencies Services Sàrl (SAS) adquiriu 52.917.348 ações ordinárias de emissão da companhia, passando a deter 12% do capital social da Wilson Sons. Em outubro, a subsidiária integral da MSC, encaminhou a compra de 56,47% da participação da OW Overseas Investments Limited (OWOIL), controladora da Wilson Sons, por R\$ 4,35 bilhões.

A aquisição de ações foi feita dando sequência à proposta da SAS de aquisição da totalidade das 248.664.000 ações ordinárias de emissão da companhia atualmente detidas pela OWOIL, representando os 56,47% do capital total e votante da companhia. A transação foi divulgada ao mercado pela companhia no último dia 21 de outubro. O fechamento da operação, porém, está condicionado ao recebimento das autorizações regulatórias aplicáveis entre a assinatura e o fechamento, incluindo os ritos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A Ocean Wilsons espera que a operação seja concluída durante o segundo semestre de 2025.

Outras movimentações

Nesta segunda-feira (9), a Wilson Sons informou que os investidores geridos pela Radar Gestora de Recursos passaram a totalizar aproximadamente 4,49% (19.788.814 ações ordinárias) do capital social da companhia. De acordo com a Radar, o grupo é formado por fundos de investimento e investidores não residentes com suas carteiras discricionariamente geridas pela gestora. Em comunicado ao mercado e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Radar destacou que não há 'qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da companhia da qual a signatária seja parte'.

Também nesta segunda-feira (9), TPE Gestora de Recursos Ltda. e a Tarpon Gestora de Recursos Ltda. alteraram a quantidade de ações ordinárias de emissão da companhia detidas pelo conjunto de veículos de investimento geridos pela Tarpon, que passaram a totalizar 30.504.592 ações, equivalentes a aproximadamente 6,92% do capital social da Wilson Sons.

A Tarpon e a TPE informaram que o objetivo da participação é de investimento e que tal participação poderá ser aumentada ou reduzida conforme condições de mercado, não havendo, atualmente, intenção de alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da companhia. "Tais fundos não são titulares de outros valores mobiliários ou titulares de instrumentos financeiros derivativos referenciados em ações de emissão da companhia, sejam de liquidação física ou financeira, e não há qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da companhia de que tais fundos sejam parte", salientaram em comunicado conjunto.

Em todos os avisos, a Wilson Sons vem reiterando que manterá o mercado informado sobre qualquer fato relevante, conforme a legislação vigente. "A companhia reitera seu compromisso com os melhores níveis de transparência e governança corporativa, e manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados acerca da ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, nos termos da legislação aplicável", reforçou a Wilson Sons nos comunicados.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/12/2024



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 141/2024
Página 50 de 50
Data: 10/12/2024
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 10/12/2024